

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 03/04/2019	Página: --

## FOLHA DE S.PAULO

### Reforma tributária deve ser votada após a da Previdência, diz Appy

*Deputado Baleia Rossi vai apresentar PEC com proposta de imposto unificado sobre bens e serviços*

**3.abr.2019 às 14h37**

**Flavia Lima**  
**SÃO PAULO**

O economista Bernard Appy disse nesta quarta-feira (3) que a proposta de reforma tributária encabeçada por ele deve ser discutida enquanto a reforma da Previdência avança no Congresso e votada depois.

“Obviamente, eu acho que não deve votar as duas [propostas] simultaneamente. Tem que se aproveitar esse período de votação da reforma da Previdência para se avançar na discussão técnica da reforma tributária, mas não para colocar em votação. A votação tem que ser posterior”, afirmou o economista, que participou de evento do Bradesco BBI.

Appy foi recebido na terça-feira (2) pelo presidente da Câmara, o deputado Rodrigo Maia, para apresentar a proposta.

O secretário da Receita e idealizador do imposto único, Marcos Cintra, também tem uma proposta, mas, segundo Maia, é a de Appy que irá tramitar na Câmara.

O líder do MDB na Câmara, o deputado Baleia Rossi (SP), deve apresentar uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que, em princípio, teria como base a proposta de Appy. “Mas obviamente, os parlamentares têm autonomia”, ressaltou Appy, que participou o economista.

Appy ressaltou ainda que a proposta montada pelo CCiF (Centro de Cidadania Fiscal) busca o melhor resultado técnico minimizando as resistências políticas.

Segundo ele, o período de transição de dez anos para as empresas reduz as resistências de uma boa parte do setor empresarial, enquanto a transição de 50 anos para a distribuição da receita entre estados e municípios minimizaria a resistência de estados e municípios que eventualmente possam se sentir prejudicados pela mudança.

A proposta de Appy vem sendo bastante comentada desde as eleições e chegou a ser discutida por vários partidos. Ela prevê a substituição, em um período de dez anos, de cinco tributos que hoje incidem sobre o consumo de bens e serviços por um imposto unificado cuja alíquota estimada é de 20%.

O projeto também acaba com qualquer benefício fiscal para bens ou serviços. Em compensação, as empresas poderão recuperar o imposto pago em tudo o que comprem para sua atividade produtiva, como insumos e matérias-primas —princípio básico de um IVA (Imposto sobre Valor Agregado).

O intuito é desonerar aquilo que, na avaliação de especialistas, é crucial à produtividade e à expansão econômica: a produção, além dos investimentos e das exportações.

A proposta também mantém a carga tributária. “Estamos numa situação em que a sociedade não aguenta pagar mais, mas, infelizmente, a situação fiscal do país não permite, no curto prazo, que a gente reduza a carga tributária.

## **TRIBUTAÇÃO SOBRE FUNDOS FECHADOS**

No mesmo evento do Bradesco BBI, Roberto Quiroga, sócio do escritório Mattos Filho, disse que há um consenso no governo atualmente de que é necessária alguma tributação sobre os fundos fechados.

“Ressalvando um ponto ou outro é uma questão de equidade. Há um consenso dentro do governo de que se necessita ter algum tipo de estrutura tributável”, disse ele.

Quiroga afirma, no entanto, que é preciso cuidado com outros fundos que viabilizam a capitalização e o avanço do investimento, como fundos que compram participação em empresas e fundos imobiliários.

Já existia entre gestores de recursos a expectativa de uma mudança neste governo na cobrança de Imposto de Renda de fundos exclusivos, que são fechados para membros de um grupo, geralmente famílias ricas. O desembolso do imposto só acontece na liquidação.

Nos outros veículos, a tributação se dá duas vezes ao ano. A alíquota varia com base no tempo das aplicações.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 04/04/2019	Caderno: Economia



# Projeto de reforma tributária não tem viés ideológico, diz Bernard Appy

*Em entrevista à Rádio Eldorado, economista defende que proposta vá ao Plenário somente após a aprovação da reforma da Previdência*

**Simone Cavalcanti, O Estado de S.Paulo**

04 de abril de 2019 | 09h21

SÃO PAULO - O diretor do Centro de Cidadania Fiscal e ex-secretário-executivo do [Ministério da Fazenda](#), [Bernard Appy](#), defendeu nesta quinta-feira, 4, que uma proposta de [reforma tributária](#) comece a tramitar no Congresso Nacional, seja analisada pelas comissões de Constituição e Justiça e também a Especial, mas que aguarde para ir a Plenário apenas após a aprovação da [reforma da Previdência](#).

Em entrevista à [Rádio Eldorado](#), Appy disse que o projeto de simplificação e racionalização dos tributos é técnico e não tem qualquer viés ideológico, o que poderia contribuir para uma tramitação mais tranquila pelo Congresso.

"Há um espaço interessante de debate e a ideia de reforma foi bem recebida por vários partidos durante a campanha eleitoral recente", afirmou ele, lembrando que, a convite do presidente da Câmara dos Deputados, [Rodrigo Maia](#) (DEM/RJ), apresentou a proposta a um conjunto de líderes partidários na terça-feira.

acordo com cálculos de Appy, esse projeto tem poder de elevar o [Produto Interno Bruto \(PIB\)](#) potencial em 10% dentro de 15 anos.

Veículo: G1	
Data: 04/04/2018	Caderno: Economia



## Reforma tributária: proposta do governo prevê imposto eletrônico sobre pagamentos

*Projeto é coordenado pelo secretário da Receita, Marcos Cintra. Objetivo é retirar tributação sobre folha de salários para estimular emprego, mas Câmara deve priorizar outra proposta.*

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

04/04/2019 05h00 Atualizado há 2 horas

Enquanto a **reforma da Previdência Social inicia seu caminho no Legislativo**, a equipe econômica do governo começa se preparar para o próximo desafio no Congresso Nacional: a mudança no sistema tributário, avaliado como complexo e considerado por especialistas um entrave aos investimentos e ao crescimento da economia.

De acordo com a proposta em gestação no governo, a primeira mudança seria acabar com a tributação sobre a folha salarial, ou seja, os 20% cobrados de patrões e empregados por meio da contribuição previdenciária. No lugar, a intenção é criar uma contribuição eletrônica sobre pagamentos. O objetivo é estimular o emprego em um momento no qual a taxa de desemprego cresceu para 12,4%, **atingindo 13,1 milhões de pessoas** no trimestre encerrado em fevereiro, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mas o projeto, coordenado pelo secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, enfrentará a concorrência de outra proposta. **Segundo informou o blog da Andréia Sadi**, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pretende dar prioridade a outra proposta de reforma tributária, costurada pelo economista Bernardo Appy em conjunto com outra do ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-SP), que foi relator da reforma tributária na legislatura passada.



Marcos Cintra, novo secretário da Receita Federal — Foto: Wilson Dias/Agência Brasil

### ***Movimentações financeiras***

Segundo interlocutores da área econômica, o tributo sobre pagamentos, que está em estudo no governo, incidiria também sobre movimentações financeiras – como acontecia com a Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF) – mas teria uma base ainda mais ampla. Pela proposta, a tributação se daria na entrada e na saída do dinheiro da conta, incidindo, portanto, sobre todos débitos e créditos. Incidiria ainda sobre trocas de produtos (uma troca de veículos, por exemplo, só poderia ser oficializada com o recolhimento do tributo), quitação de dívidas e operações de câmbio, por exemplo. Abrangeria, dessa forma, qualquer fluxo de pagamentos.

"A reforma tributária no Brasil deve seguir nessa direção, começando pela substituição de tributos que pesam sobre a folha de salários. O país onera fortemente o fator trabalho, e a troca dos 20% de contribuição previdenciária por uma contribuição eletrônica de 0,6% sobre os pagamentos é uma forma de dar início à adequação da estrutura tributária nacional à economia digital e promover a necessária desoneração do custo trabalhista", escreveu o secretário da Receita em seu blog.

A área técnica da equipe econômica admite que esse seria um tributo em "cascata", ou seja, que incidiria todas as cadeias da produção. Esse tipo de tributo sofre rejeição por parte do setor produtivo. Entretanto, a avaliação, com base em simulações, é de que a carga tributária cairia para 170 setores da economia, pelo fato de a alíquota ser baixa (de 0,6%, 0,7%).

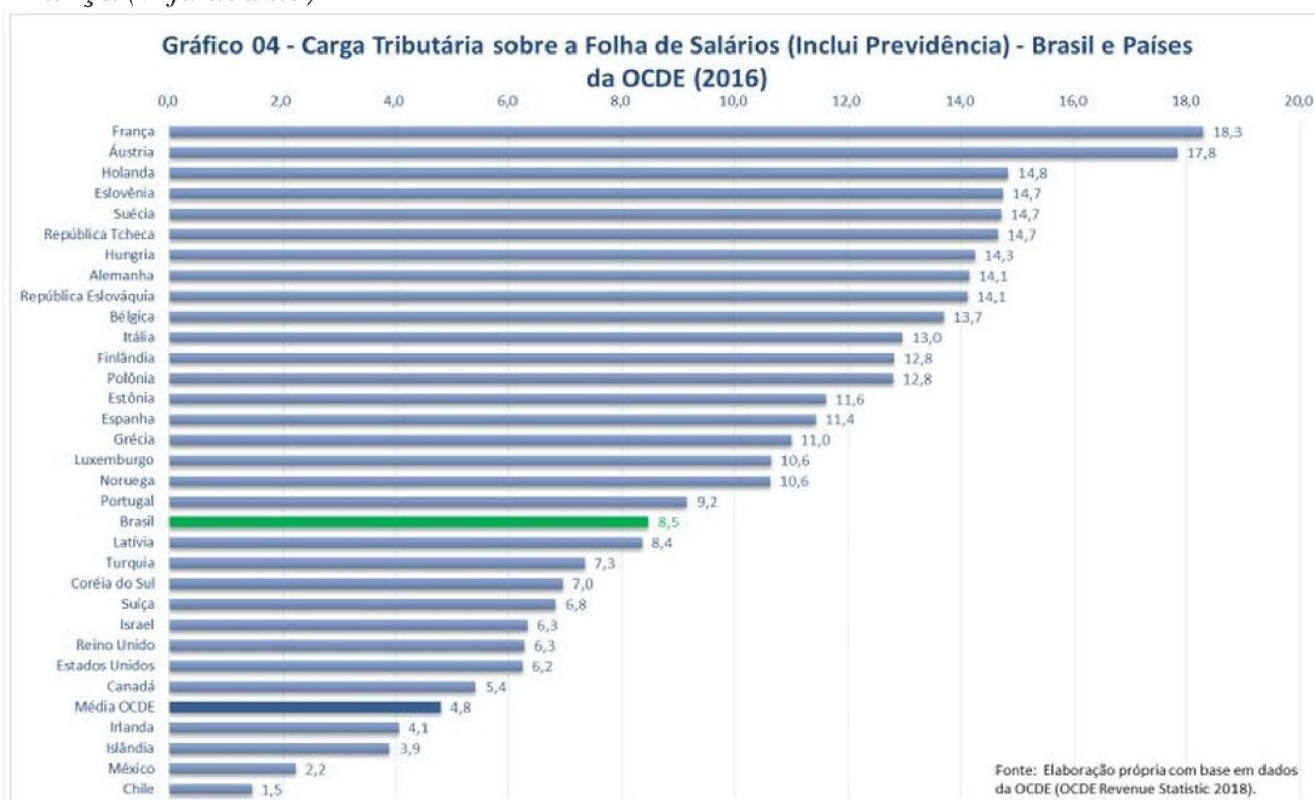
A possível criação de um tributo nos moldes da CPMF (incidente nos pagamentos e recebimentos nos bancos), **já foi rechaçada pelo presidente Jair Bolsonaro**, em 21 de setembro do ano passado, no meio da campanha

presidencial. Esse tema, inclusive, **gerou tensão na campanha e apreensão no mercado.**

### ***Tributação sobre a folha***

De acordo com dados da Receita Federal, a arrecadação sobre a folha de salários, em 2017, somou R\$ 555 bilhões, o equivalente a 38% de tudo o que foi arrecadado pela União naquele ano, em impostos e contribuições federais (total somou R\$ 1,44 trilhão).

O valor representou 8,47% do Produto Interno Bruto – e ficou acima de Estados Unidos e Reino Unido em 2016, mas abaixo de Itália, Alemanha e França (*veja abaixo*)



Reprodução de estudo da Receita Federal sobre a carga tributária — Foto: Secretaria da Receita Federal

Como o governo não pode abrir mão de arrecadação, em um momento de crise fiscal – em 2018, as contas públicas registraram um rombo pelo quinto ano seguido, no valor de R\$ 120 bilhões – a intenção da equipe econômica é fazer uma substituição gradual, iniciando com uma alíquota menor sobre pagamentos (0,2%, ou 0,3%) e ir reduzindo, com o passar do tempo, a contribuição previdenciária – para 15%, depois 8%, até substituir completamente uma base de tributação pela outra.

## ***Taxar a informalidade***

Em uma rede social, o secretário da Receita, Marcos Cintra, informou que a ideia é "fazer a economia informal pagar impostos", o que poderia, na visão dele, aumentar a base tributária (volume de recursos sobre os quais incidiriam impostos) em mais de 30%.

"Assim, quem paga impostos demais hoje, vai poder pagar menos", afirmou. Ele também avalia que, no Brasil, "quem paga imposto paga demais; e uma camada de privilegiados paga pouco ou nada".

Para baixar impostos dos assalariados, que são muito tributados, de acordo com o secretário, é preciso "simplificar e fazer todos pagarem, inclusive os informais e sonegadores". "Se todos pagarem, todos pagarão menos", declarou.

A área econômica do governo avalia que a tributação sobre pagamentos obedece a uma tendência mundial, pois incide sobre uma base de tributação (fluxos financeiros) que tem uma dificuldade muito maior de sonegação por parte dos contribuintes.

Esse formato, ainda segundo essa análise, estaria sendo estudado por países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) para evitar perdas de arrecadação nas compras que as pessoas fazem de produtos pela internet, como aplicativos e jogos eletrônicos. Seria uma forma de tributar os recebimentos das grandes empresas multinacionais do setor, que têm sede em outros países.

# FOLHA DE S.PAULO

## Simplificação tributária

Mudanças substanciais podem ser feitas a curto prazo

**Abram Szajman**

Presidente da Fecomercio-SP e dos Conselhos Regionais do Sisc e do Senac

Superar o atual quadro crítico da economia, para recolocar o Brasil na rota de um crescimento compatível com suas potencialidades e necessidades, está se revelando mais difícil do que fazia supor o otimismo despertado pelo ímpeto reformista do novo governo.

Após a revelação de que o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu apenas 1,1% em 2018, resultado idêntico ao de 2017, as projeções iniciais para 2019 também vão sendo revistas para baixo, a exemplo do que ocorreu no ano passado.

No relatório Focus, do Banco Central, a estimativa do PIB para este ano já caiu de 2,55% para 2,3%, enquanto a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) reduziu sua previsão de 2,1% para 1,9%.

O próprio governo federal parece estar se dando conta de que a aprovação da reforma da Previdência, por mais fundamental que seja para o equacionamento das contas públicas, não será suficiente para desatrar o investimento e a geração de empregos. Será preciso avançar em outras áreas, como as privatizações e a revisão do pacto federativo.

Nesse foco mais amplo sobre os principais obstáculos ao nosso desenvolvimento sustentado, ganha relevo o caótico sistema tributário brasileiro, que sufoca a livre iniciativa e afasta as empresas estrangeiras.

Segundo levantamento do projeto Doing Business 2018, do Banco Mundial, o empresário brasileiro gasta, em média, 2.000 horas por ano na apuração e no pagamento de tributos, ao passo que nos países da OCDE são consumidas, em média, apenas 160 horas por ano.

Essa discrepância absurda posiciona o Brasil no 184º lugar em um ranking de 190 economias pesquisadas e desnuda a realidade perversa e precária de quem se arrisca a empreender por aqui.

A boa notícia (sim, elas existem) é que esse quadro pode ser revertido em curto prazo por meio da simplificação das obrigações acessórias e da emissão de documentos fiscais, com mais transparência e equilíbrio na relação das empresas com o Fisco brasileiro.

O mais importante é que as alterações no sistema tributário nacional com essa finalidade podem ser realizadas por lei complementar e lei

ordinária, contornando, dessa forma, as dificuldades inerentes à longa tramitação das emendas constitucionais no Congresso.

Quem aponta esse caminho são dois especialistas na matéria, o jurista Ives Gandra Martins e o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel, que, por solicitação da Fecomercio (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo), elaboraram uma série de anteprojetos para melhorar, do ponto de vista tributário, o ambiente de negócios do Brasil.

Unificação cadastral entre União, estados e municípios, informação prévia dos critérios para a retenção na malha fina, estabelecimento de prazo para o Fisco responder às consultas e previsibilidade das obrigações acessórias (que teriam que ser divulgadas no ano anterior) são algumas das propostas apresentadas com o objetivo de facilitar a vida do contribuinte.

Outra iniciativa é vedar a utilização de certidão negativa de débitos fiscais como sanção política, o que ocorre quando uma empresa fica impedida de participar em processos licitatórios e dificulta ainda mais suas chances de quitar as dívidas.

Também está prevista a equivalência de critérios, pois o contribuinte devedor é penalizado com multas e juros, o que não ocorre com as restituições e os ressarcimentos devidos pelo Estado.

Em resumo, são medidas eficientes e tecnicamente fundamentadas para simplificar a tributação, que podem ser aprovadas e implementadas com rapidez, sem os riscos das intermináveis polêmicas que cercam as propostas marcadas por cunhos partidário e ideológico.



# Cresce venda de veículos no País

**ANDRÉ ÍTALO ROCHA**

Estadão Conteúdo, São Paulo

As vendas no mercado de veículos novos aumentaram 0,8% em março ante igual mês do ano passado, confirmou ontem a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), em balanço distribuído à imprensa. Foram 209,1 mil unidades vendidas, em soma que considera que os segmentos de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. O volume, se comparado a fevereiro, teve também expansão: de 5,3%.

O primeiro trimestre terminou com crescimento de 11,4% em relação aos três primeiros meses do ano passado, com a comercialização de 607,6 mil unidades, o

**11,4%**

**foi o índice de aumento nas vendas registrado pela Fenabrave no primeiro trimestre, com alta de 0,8% em março, em relação ao mesmo mês em 2018**

maior resultado para o período desde 2015.

## Dados por segmento

Por segmentação, os chamados veículos leves, que englobam os automóveis e comerciais leves, registraram 199,5 mil emplacamentos em março, queda de 0,25% em comparação a março do ano passado, mas crescimento de 5,1% em relação a fevereiro. No primeiro trimestre, são 580 mil unidades, alta de 10% sobre igual período de 2018.

Na categoria de caminhões, as concessionárias venderam 7,6 mil unidades

no terceiro mês do ano, expansão de 27,8% em relação a março de 2018 e de 11,9% sobre o resultado de fevereiro. De janeiro a março, foram 21,3 mil caminhões comercializados, avanço de 45,7% na comparação com igual intervalo do ano passado.

Os ônibus registraram duas mil vendas em março, alta de 49,7% em relação a igual mês do ano passado e avanço de 0,9% sobre o desempenho de fevereiro. Nos primeiros três meses, foram 6,1 mil emplacamentos, crescimento de 71,3% em relação a igual período em 2018.

# Tribuna

## Vendas de veículos novos podem crescer 12% este ano

LÍCIO FERREIRA  
REPÓRTER

**A**s vendas de carros novos, neste primeiro trimestre de 2019 (jan-fev-mar), na Bahia, já representam 14% em relação ao mesmo período do ano passado. E a expectativa do setor é de um crescimento de 12% em relação ao ano de 2018, conforme anuncia o diretor Regional Bahia, da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), Raimundo Valeriano. Ano passado foram vendidos 2,4 milhões de veículos em todo o Brasil, sendo que 92,8 mil deles na Bahia. Em Salvador, as vendas de veículos correspondem a quase 50% de todo o volume do estado e 65% desses veículos são vendidos à classe C. "Por mês, a capital baiana consegue vender 5,5 mil veículos, sendo que 70% delas vinculadas a veículos populares, de custo estimado entre R\$35 a R\$45 mil", acrescenta o diretor da Fenabrave-Bahia.

Em todo o Brasil, já foram vendidos, este ano, quase 200 mil carros, segundo a Agência Autinforme. E o mês de março foi, até ago-

ra, o melhor do ano, com um desempenho surpreendente, considerando que teve menos dias úteis por causa do Carnaval, que, na prática, reduz o ritmo das vendas por quase uma semana inteira.

Ainda segundo o levantamento da Autinforme foram vendidos exatos 199.526 veículos leves (automóveis e utilitários), com crescimento de 5,1% sobre fevereiro (189.908) e queda imperceptível de 0,3% sobre março do ano passado (200.096). Na comparação de vendas diárias (9.976 unidades em 19 dias úteis), março também foi o melhor mês de 2019, pois registrou um crescimento de 5,4% em relação a fevereiro (9.469 em 20 dias) e 4,7% em relação ao mesmo mês de 2018 (9.528 com 21 dias).

### LIDERANÇA

No ano, o crescimento acumulado, agora, é de 10% sobre o primeiro trimestre do ano passado. De janeiro a março, as vendas somaram 580.184 automóveis e comerciais leves, contra 527.340 no mesmo período do ano anterior. Na participação de mercado por marcas, a GM/Chevrolet segue líder isolada, bem distante das concorrentes: ven-



### CARROS NOVOS

Em Salvador, as vendas correspondem a quase 50% do volume estadual e 65% dos veículos são vendidos à classe C

deu 36.328 veículos em março e ficou com 18,2% de participação no mercado interno. No acumulado do trimestre, no entanto, a Renault tem 8,8% de participação, mas mantém a quarta posição.

A direção nacional da Fenabrave diz estar animada com os números desse primeiro trimestre. "Ao iniciarmos 2019, projetamos a retomada do crescimento das vendas para todos os segmentos de veículos baseada na recuperação da economia, como um todo; no crescimento, ainda que modesto, na geração de empregos; no controle da inflação e das taxas de juros; na confiança do consumidor e do empresário em alta; e, ainda, no aumento na oferta de cré-

dito, que somados, resultarão no desempenho das vendas de veículos que esperamos", ressaltou o presidente da Fenabrave (Brasil), Alarico Assumpção Júnior.

### SEMINOVOS

No segmento de Seminovos, as expectativas também são de crescimento também são bastante otimistas. Segundo o presidente da Associação de Revendedores de Veículos da Bahia (Assoveba), Ari Júnior as vendas deverão crescer 25% a mais em relação ao ano anterior. "Estamos atentos no consumidor que tem esperanças em dias melhores e, especialmente, nas taxas de crédito oferecidas pelos bancos. Hoje, em 0,79% ao mês coisa que

nunca vi antes. O mínimo que já tivemos foi de 0,99% ao mês, com o 'rebate' de 16% do valor total do financiamento do veículo pagos pelo lojista. Então, tudo indica que teremos um ano de bons negócios".

Esta sua assertiva tem lastro nos dados registrados neste primeiro trimestre do ano, quando houve um aumento nas vendas de seminovos, entre 15 a 17% em relação ao mesmo período do ano passado. Ano em que o estado da Bahia foi o que mais vendeu carros seminovos no Nordeste. No total, foram 41 mil veículos comercializados em dezembro, sendo seguidos, no mesmo período, por Pernambuco (39 mil), Ceará (35 mil), Paraíba (15 mil), Rio Grande do Norte (13 mil), Mara-

nhão (9 mil), Alagoas (8 mil), Piauí (7 mil), e Sergipe (7 mil).

Outro representante do setor que também aposta na melhoria dos negócios de seminovos, é Paulo César Mascarenhas proprietário da Seller Veículos, localizada na Avenida Bonocô, em Salvador. "Os seminovos têm vendas tranquilas, em qualquer época do ano. As oscilações de vendas são sazonais, mas eu nunca vi crise no setor. Janeiro, por exemplo, nos surpreendeu com muitos bons negócios. Agora, em março, fechamos bem e esperamos igual posição para os meses de abril e maio. Os bancos estão nos passando muita segurança para a gente vender mais e oferecendo taxas de juros baixas", finaliza.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 03/04/2019	Página: --

## FOLHA DE S.PAULO

### Redução do Estado pode gerar R\$ 990 milhões ao governo, diz secretário

*Salim Mattar disse que governo espera superar em ao menos 50% meta de arrecadar US\$ 20 bi com privatizações neste ano*

3.abr.2019 às 15h47

#### Taís Hirata SÃO PAULO

O governo federal tem um potencial estimado em R\$ 990 milhões em privatizações e desinvestimentos que poderão ser usados para abater a dívida do país, afirmou Salim Mattar, secretário de desestatizações, nesta quarta-feira (3).

Desse total, a maior parte (R\$ 490 milhões) viriam da venda de estatais. A conta, que é estimada, também inclui a desalavancagem de bancos públicos, concessões de infraestrutura e a venda de imóveis.

"Temos a responsabilidade de transformar esse potencial em 'cash' [dinheiro]".

Em um discurso que animou bastante a plateia de um evento do banco Bradesco, em São Paulo, Mattar disse ainda que o governo vai superar a meta de arrecadar US\$ 20 bilhões em desestatizações só neste ano.

"Já entregamos US\$ 3,4 bilhões em privatização. Também temos um pipeline de US\$ 9 bilhões da TAG [valor estimado para a venda da rede de gasodutos da Petrobras]. Temos o hábito de superar metas, apesar de não existir remuneração variável nem prêmios, vamos superar a meta em no mínimo 50%, estamos muito animados."

Nas últimas semanas, o secretário vinha falando que a prioridade do governo neste momento era a aprovação da reforma da Previdência, e que privatizações não eram o foco principal. Questionado sobre o tema ao fim do evento, ele preferiu não dar entrevista.

Em seu discurso no evento, porém, voltou a destacar que a reforma é o assunto mais importante neste momento e admitiu que a economia poderá ser menor do que o R\$ 1 trilhão definido como meta pelo ministério da Economia.

"Estamos convictos de que vamos conseguir [aprovar]. Há sim muito barulho. Bons analistas acham que [a economia da reforma] ficará em torno de R\$ 600 bilhões, R\$ 700 bilhões. Há sim essa possibilidade. Mas ainda trabalhamos com o cenário de [uma economia de] R\$ 1 trilhão."

#### ROADSHOW NOS ESTADOS

Hoje, o Brasil tem 440 empresas estatais, das quais 134 são da União. "Vamos privatizar as que forem viáveis, as que forem possíveis", disse ele.

Mattar ainda destacou que ficarão de fora das privatizações a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDES.

Além disso, listou estatais menores que serão mantidas, mas que poderão virar autarquias, como a Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), a Emprapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a Amazul (empresa ligada ao programa nuclear brasileiro), entre outras.

Para acelerar a desestatização nos estados, Mattar afirma que fará um roadshow com dez governadores dos "principais estados". "Vamos ajudá-los. [Perguntaremos] O que você está precisando de recursos? O que você tem de ativos? Que tal a gente conversar?".

O secretário ainda negou que estivesse frustrado, em referência a uma entrevista publicada pela revista Veja, que dizia que Mattar se mostrava desanimado com resistências internas no governo em relação às privatizações.

"Por favor, esqueçam isso. Vocês acham que estou frustrado? Eu acho que não tenho cara de estar frustrado, então por favor requeiem essa informação."

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 04/04/2019	Página: --

## FOLHA DE S.PAULO

### Em meio a baixo crescimento, Ministério da Economia terá pacote de simplificação

*Iniciativas tendem a facilitar a vida de empresários no dia a dia*

4.abr.2019 às 9h18

#### BRASÍLIA

O Ministério da Economia pretende lançar, em 20 dias, um conjunto de 55 medidas de simplificação dos negócios.

De alcance microeconômico, essas iniciativas tendem a facilitar a vida de empresários no dia a dia, mas têm capacidade limitada de retirar o PIB do atual estágio de letargia.

Em janeiro (dado mais recente disponível), o IBC-Br (indicador de atividade do Banco Central) apontou uma retração de 0,4% na economia em relação a dezembro, já descontados os efeitos sazonais.

Investidores, empresários e analistas já falam em adiar para 2020 a perspectiva de uma recuperação mais acentuada.

O motivo dessa marcha lenta são as incertezas em relação à reforma da Previdência e seus efeitos na economia no longo prazo.

Enquanto a macroeconomia aguarda uma definição do Congresso, técnicos da Sepec (Secretaria de Produtividade) do Ministério da Economia trabalham em medidas para melhorar o ambiente de negócios.

A mais rápida a entrar em operação é a reformulação do Sine (Sistema Nacional de Emprego), que deverá ser anunciada na semana que vem, na apresentação das entregas da agenda dos 100 dias elaborada pelo Onyx Lorenzoni (Casa Civil).

O governo está ampliando o acesso a informações de desempregados (sem revelar o nome) para que empresas de recrutamento possam fazer o “match” (pareamento) de vagas e trabalhadores.

O projeto foi apelidado internamente de Tinder do Emprego e deverá começar a operar com informações de 15 milhões de trabalhadores. O potencial é chegar a uma base de dados de 50 milhões de pessoas em todo o país.

São informações de pessoas que ficaram sem emprego e acessaram o seguro-desemprego, por exemplo. O governo quer que empresas especializadas em contratação usem essas informações.

No fim do mês, o Ministério da Economia deverá apresentar medidas de simplificação, como a mudança do e-social, um formulário preenchido pela internet mensalmente pelos empresários, indicando a movimentação de cada trabalhador de sua empresa.

A ideia é reduzir os procedimentos feitos pelas empresas e retirar pequenos empreendedores da obrigação. O governo quer estipular apenas uma data do mês para informar a demissão ou contratação de um funcionário. Hoje, isso deve ser feito dias até 5 dias após os atos.

Embora anuncie a simplificação ainda este mês, na prática, a mudança levará tempo para entrar em vigor, devido a trâmites burocráticos dentro do próprio governo.

Para retirar pequenas empresas do e-social, por exemplo, é preciso que a decisão seja tomada pelo Conselho Nacional do Simples, grupo interministerial liderado pela Receita. Com o enxugamento dos ministérios e a criação da pasta da Economia, o conselho terá que ser revisto, o que demanda um ato legal e publicação em Diário Oficial.

Outra ação que levará tempo é a simplificação do Processo Produtivo Básico (PPB) de empresas interessadas em se instalar na Zona Franca de Manaus. Hoje, a aprovação de um projeto, que deveria ser feito em 120 dias, pode levar mais de um ano.

Acontece que o conselho de administração da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) ainda não foi formado, porque também depende de reformulação em razão da mudança ministerial. A nova formação ainda não tem data para ocorrer.

O setor de construção civil, que ainda não se recuperou da recessão, será alvo de duas ações de simplificação. Numa, o governo vai propor a unificação de normas de construção das prefeituras. Na outra, vai exigir que empresas que participem de licitações públicas façam a adesão a um manual de boas práticas chamado BIM (Building Information Model).

O governo também quer que Inmetro e Anvisa anunciem, apenas em um dia no mês, normas a serem seguidas pelo setor produtivo, o que está sendo chamado de janela regulatória. A ideia é evitar que empresas tenham que perder tempo buscando todos os dias por mudanças nos produtos que fabricam.

Medidas simbólicas, porém de pouco empuxo econômico, também estão no radar, como o fim da exigência de que todo comércio mantenha uma versão impressa do Código de Defesa do Consumidor para consulta. A exigência “envelheceu”, argumentam técnicos, com a chegada da internet e dos smartphones.

A Sepec pretende apresentar uma agenda de curto, médio e longo prazo, com entregas previstas em 90, 180 e 360 dias. Uma medida com previsão de conclusão de mais longo prazo é a revisão do Pronatec, programa lançado no governo Dilma Rousseff, e bancado com recursos do Sistema S.

O governo quer que o setor privado eleja os cursos a serem oferecidos, aumentando a empregabilidade dos formandos. Também estuda financiar bolsas de estudo com dinheiro do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) em cursos que deverão ser licitados. Esta agenda de reformulação, no entanto, ainda levará meses para ser concluída.

**ECONOMIA**

# Governo prepara pacote para estimular o setor produtivo

**MEDIDAS** Com as projeções de crescimento do PIB em queda, o Ministério da Economia prepara um pacote de medidas para aumentar a produtividade, o emprego e tentar destravar a atividade econômica. Previstas para acontecer em 90, 180 e 360 dias, as ações foram formuladas em quatro grandes planos que serão anunciados ao longo de abril: Simplifica, Emprega Mais, Brasil 4.0 e Pró-Mercados.

O primeiro a sair do forno será o Simplifica, conjunto de 50 medidas para desburocratizar a vida do setor produtivo. O secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos da Costa, antecipa que o plano foi feito com base na demanda das associações representativas do setor produtivo, ouvidas nesses primeiros 100 dias de governo.

Entre as medidas está uma completa reformulação do eSocial, formulário digital pelo qual as empresas comunicam ao governo informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pa-

gamento, aviso prévio e dados sobre o FGTS.

No Emprega Mais, o governo adotará uma nova estratégia nacional de qualificação de pessoal, que vai usar o modelo conhecido como “vouchers” (vales). Eles serão oferecidos para empresas e trabalhadores investirem na qualificação. O financiamento dos vouchers será feito uma parte pelo governo e a outra com recursos que são atualmente direcionados ao Sistema S. O

objetivo do governo é, agora, redirecionar os cursos gratuitos que já são oferecidos pelo sistema.

O governo também vai implantar as licitações de cursos com metas de empregabilidade. O edital para a seleção definirá um percentual de contratação de emprego que as empresas qualificadoras terão de cumprir.

No plano Pró-Mercados, a ideia é retirar, por meio de mudanças regulatórias, as barreiras ao pleno funcionamento do mercado. Entre as áreas escolhidas estão saneamento, medicamentos, óleo e gás, bancos, propriedade de terras e algumas áreas de telecomunicações. No setor farmacêutico, o governo caminha para liberar preços de medicamentos isentos de prescrição nos quais há mais de uma marca.

O plano Brasil 4.0 contém medidas para estimular a digitalização e a modernização dos processos de gestão das companhias. O governo vai usar estudos da OCDE para fomentar o uso da tecnologia no dia a dia das empresas e consumidores.

**O Brasil poderia estar crescendo mais se não fossem as amarras ao setor produtivo**  
**Carlos da Costa**

Secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade

# Tribuna

## Meta de privatizar US\$ 20 bilhões este ano vai ser superada, diz secretário

O secretário de Desestatização e Desinvestimentos do Ministério da Economia, Salim Mattar, afirmou ontem que a meta de arrecadar US\$ 20 bilhões (cerca de R\$ 77 bilhões) com privatizações neste ano vai ser superada. É o que mostra reportagem de Luiz Guilherme Gerbelli, G1.

O montante esperado com privatizações foi revelado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em janeiro, durante o Fórum Econômico Mundial.

Desde o início do ano, segundo Mattar, o governo já arrecadou US\$ 3,433 bilhões com venda de ativos da Petrobras, desinvestimentos da Caixa Econômica Federal e concessões na área de

infraestrutura. "A privatização já está ocorrendo", afirmou Mattar, durante evento realizado pelo banco Bradesco em São Paulo. "Nós temos o hábito de superar a meta e vamos superar em muito essa meta", disse.

O Brasil, segundo o secretário, tem 434 estatais. Desse total, 134 estão sob o controle do governo federal e podem render US\$ 490 bilhões para a União. Mattar, no entanto, voltou a ressaltar que Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES e Petrobras não serão privatizados.

### Veja abaixo o que o governo já conseguiu arrecadar este ano:

Venda de Pasadena – US\$ 562 milhões

Venda da distribuidora

da Petrobras no Paraguai – US\$ 381 milhões

Venda de fatia da Caixa no IRB – US\$ 646 milhões

Concessão de 12 aeroportos – US\$ 1,085 bilhão

Concessão da Ferrovia Norte-Sul - US\$ 703 milhões

Concessões de quatro áreas portuárias – US\$ 57 milhões

### AJUDA AOS ESTADOS

Mattar também afirmou que a Secretaria de Desestatização e Desinvestimentos vai realizar um programa de ajuda aos Estados com dificuldade financeira. Em troca de ajuda financeira aos governadores, a administração federal vai ajudar os governos estaduais a se desfazerem de empresas estatais locais.



04/04/2019 - 05:00

## A irrelevância da meta fiscal para 2020

Por Ribamar Oliveira

Até o próximo dia 15 de abril, o ministro da Economia, Paulo Guedes, terá que encaminhar ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o próximo ano, com a meta fiscal a ser perseguida pelo governo. Com as atuais incertezas, Guedes não tem como fixar uma meta de resultado primário para 2020 que seja minimamente crível ou que possa indicar o tamanho real do esforço fiscal a ser realizado pelo setor público.

As variáveis que ajudariam Guedes a determinar uma trajetória fiscal mais consistente para 2020 ainda dependem da aprovação pelo Congresso de medidas que ele mesmo já propôs, como a reforma da Previdência Social. Outras, como a revisão e redução dos subsídios e desonerações tributárias, também serão submetidas neste ano ao Congresso, de acordo com o ministro.

### Um teto inalcançável

Em R\$ milhões

Limite para as despesas (*)	1,1
Execução das despesas sujeitas ao teto	1,1
Margem	

Fonte: Tesouro Nacional. Tabela elaborada pelo Valor (\*). O limite considera todas as despesas termos da emenda constitucional 95/2016. (\*\*). Em 2018, o governo mudou a sistemática de pagamento de despesas, que passou a ser lançada no mesmo dia da emissão (D+0). Com esse no ano passado foi reduzida em R\$ 34 bilhões. Desconsiderando essa alteração, a margem foi de R\$ 25,9 bilhões.

Todas as medidas, se aprovadas, tenderão a reduzir as despesas e a elevar as receitas da União, ou seja, terão impacto sobre o resultado primário. Mas o PLDO, a ser enviado pelo ministro da Economia em abril, não poderá levar em consideração o efeito fiscal das propostas, simplesmente porque elas ainda não foram aprovadas.

Qual será, por exemplo, a redução de despesas a ser obtida com a reforma dos sistemas previdenciário e assistencial em 2020, se ela for aprovada nos termos da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 6/2019, do Executivo? Guedes

ainda não revelou a informação.

Quando apresentou a proposta de reforma, o governo estimou que ela permitiria uma economia de R\$ 161 bilhões em quatro anos e de R\$ 1,072 trilhão em dez anos, sem considerar os ganhos com o projeto de reforma das regras para os militares. Mas não foram divulgadas projeções sobre a economia a ser obtida em cada ano.

Apenas a mudança no abono salarial, que limita o pagamento do benefício aos trabalhadores que ganham até um salário mínimo, daria uma economia de R\$ 15 bilhões aos cofres públicos por ano, de acordo com cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI), entidade do Senado. Hoje, têm direito ao benefício os trabalhadores que ganham até dois salários mínimos.

Qual será a diminuição das despesas com as mudanças nas regras do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) da União em 2020? O governo deve apresentar esta estimativa durante os trabalhos da Comissão Especial que analisará a PEC.

A redução de despesas resultante da reforma abrirá espaço para o cumprimento do teto de gastos da União nos próximos anos, embora este não seja, no curto prazo, exatamente um problema. Nos seus dois primeiros anos de vigência, o teto foi cumprido com muita folga, como mostram os dados do Tesouro (*veja tabela acima*).

É interessante observar que as propostas orçamentárias de 2017 e 2018 foram enviadas pelo governo ao Congresso com as despesas no teto, ou seja, sem margem. Mesmo assim, a execução ficou bem abaixo do limite de despesas, indicando que está ocorrendo um fenômeno nas contas da União ainda não devidamente explicado.

**Trajatória depende da aprovação das reformas**

Haverá ganhos também de receita, caso a PEC 6/2019 seja aprovada, pois ela prevê mudanças nas alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores públicos, que passariam a ser progressivas, nos moldes do Imposto de Renda da Pessoa Física, com alíquota máxima sendo de 22%.

A proposta do governo para a redução dos subsídios também terá repercussão no próximo ano, caso seja aprovada. Guedes já disse que quer acabar com desonerações e cobrar tributos de quem não paga. Nada disso poderá ser quantificado no PLDO.

O ministro da Economia anunciou ainda um ambicioso plano de privatização de empresas estatais federais e venda de ativos da União, com o objetivo de reduzir o endividamento público. Em quase todos os seus pronunciamentos, Guedes critica o atual montante da dívida pública, lembrando que o setor público brasileiro paga um Plano Marshall por ano em juros, indicando sua intenção de reduzir fortemente essa despesa.

Até agora, no entanto, nenhuma estatal foi vendida nem foi divulgado um cronograma de privatização das 134 empresas pertencentes à União. Há também o interesse do governo em vender imóveis e participações da União em empresas privadas.

Saber o tamanho da redução do endividamento público que o governo pretende realizar é importante para estimar uma meta de resultado nominal para 2020. Este é o critério fiscal com o qual o ministro da Economia parece preferir trabalhar, em substituição ao resultado primário.

A diminuição da dívida é igualmente importante para o cumprimento da chamada "regra de ouro", que continuará sendo um problema para o governo em 2020. A Constituição estabelece que as operações de créditos não podem exceder o montante das despesas de capital (investimentos, inversões e amortizações da dívida).

Todas essas indefinições tornam a meta de resultado primário do próximo ano irrelevante, principalmente diante da existência do teto de gastos. O governo Bolsonaro não pode, no entanto, repetir o que fez o governo Michel Temer, que estabeleceu uma meta de déficit primário de R\$ 139 bilhões para o setor público neste ano, quando o déficit de 2018 foi de R\$ 108,2 bilhões. Ou seja, a meta de déficit para 2019 é superior ao déficit registrado no ano passado. Qual é o sentido disso?

**Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras**

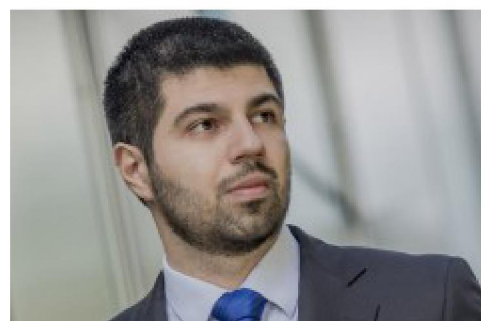
**E-mail: [ribamar.oliveira@valor.com.br](mailto:ribamar.oliveira@valor.com.br)**

04/04/2019 - 05:00

## Política e agenda fiscal ditam os rumos na bolsa

Por Felipe Datt

A bolsa foi da euforia à depressão no intervalo de duas semanas no fim de março. Da inédita quebra da marca dos 100.000 pontos no dia 18 de março, até o mergulho aos 93.735 pontos no fechamento do dia 22, a queda no Ibovespa, o principal índice do mercado acionário brasileiro, foi de 5,45%. A recuperação para os 95.414 pontos uma semana depois indica que o cenário segue favorável para o indicador romper recordes ao longo de 2019. Mas o aumento dos ruídos na seara política mostra que o caminho para a aprovação da reforma da Previdência será mais tortuoso do que o imaginado, elevando riscos de volatilidade nos próximos meses.



Ricardo Peretti, do Santander: preço-alvo de 115 mil pontos ao final do ano

A prisão do ex-presidente Michel Temer (MDB), a reação negativa à desidratada proposta de revisão de aposentadoria dos militares e as incertezas sobre o ritmo de desaquecimento da economia global contribuíram com os tombos. O principal gatilho, entretanto, foi a escalada nas tensões entre o presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL), e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que ameaçou abdicar da tarefa de interlocução com os parlamentares para buscar os votos necessários para as novas regras para a aposentadoria. Com os ânimos apaziguados, caberá ao ministro da Economia, Paulo Guedes, fazer a articulação política para aprovar a reforma.

"Ainda que a aprovação da reforma continue a ser a principal expectativa do mercado, temos agora um cenário e um timing um pouco mais incertos", diz Felipe Silveira, analista de investimentos da Coinvalores.

"Nosso preço-alvo de 115 mil pontos ao final do ano permanece inalterado. Mas as próximas semanas serão importantes para a reversão do impasse entre Executivo e Legislativo e para que a bolsa volte a se valorizar", diz o estrategista da Santander Corretora, Ricardo Peretti.

### Oscilações bruscas

Ibovespa no fechamento, em pontos



A expectativa de aprovação da reforma - e os impactos positivos sobre a atividade econômica a partir de 2020 - é tamanha que o humor dos investidores não tem sido afetado pelos indicadores frustrantes na indústria, comércio e serviços no início de 2019. Haja vista que a bolsa se aproximou dos 100 mil pontos em meio a um processo de revisão das previsões de crescimento para a atividade econômica, o que sugere um descolamento da economia real. De uma projeção inicial de avanço do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,5%, hoje o consenso é de um uma alta inferior a 2%.

O recado é claro: o cenário político e a agenda fiscal vão ditar o rumo da bolsa, mais do que revisões do PIB no curto prazo. "O mercado faz uma antecipação de expectativas. E a expectativa é de aceleração do crescimento da economia conforme a agenda reformista avance", diz Karel Luketic, analista-chefe da XP Investimentos.

A corretora também manteve as projeções inalteradas. "O cenário-base é de Ibovespa em 120 mil pontos, mas isso não acontecerá em uma linha reta", diz.

O mercado acionário continuará atraente para o investidor pessoa física, ainda que as incertezas no campo fiscal tragam maior volatilidade no curto prazo. "Como as perspectivas são boas em termos de aprovação da reforma da previdência, isso abre espaço para a bolsa negociar a níveis acima de sua média histórica no futuro", diz Peretti, da Santander.

Ações de empresas produtoras e exportadoras de commodities (como Petrobras e Vale) devem estar no radar dos investidores, conforme os especialistas, uma vez que os preços internacionais do minério de ferro e do petróleo se recuperam. Setores com forte ligação com a atividade doméstica (dos ramos de consumo, energia e instituições financeiras, por exemplo) também tendem a garimpar ganhos maiores este ano. "Vemos empresas com sólida geração de caixa, menor alavancagem financeira e com perspectivas de reportar lucros maiores em 2019", diz Rafael Passos, analista da Guide.

04/04/2019 - 05:00

## Decepção com ICMS derruba ações da Light

Por **Camila Maia**

As ações da Light devolveram ontem boa parte dos ganhos obtidos no início da semana, depois que executivos da Cemig disseram, em teleconferência, que a companhia deve reconhecer no máximo R\$ 3 bilhões em créditos fiscais no caso de uma vitória no pleito na Justiça que pede a exclusão da incidência do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e Cofins.

No início da semana, a percepção de que a Light poderia obter um ganho substancial com a questão do ICMS impulsionou as ações, que acumularam ganho de 9,9% nos dois primeiros dias da semana. Ontem, contudo, as ações acentuaram as perdas durante a teleconferência da Cemig, e terminaram com queda de 7%, a R\$ 21.

A alta aconteceu depois que a Equatorial reconheceu ganho extraordinário de R\$ 171 milhões em seu balanço do último trimestre do ano passado. No total, a companhia reconheceu ativo fiscal de R\$ 756 milhões em créditos de PIS e Cofins a recuperar, mas um passivo de R\$ 580 milhões a ser repassado aos consumidores. A diferença ficará com a companhia, que entende que só deve devolver aos consumidores créditos de impostos recolhidos nos últimos 10 anos. A decisão abrangeu 17 anos de bitributação.

Segundo Leonardo George de Magalhães, superintendente de controladoria da Cemig, a estatal mineira deve reconhecer no máximo R\$ 3 bilhões em créditos fiscais de PIS e Cofins a recuperar se tiver vitória semelhante a da Equatorial. Desses, R\$ 2 bilhões se referem à distribuidora, sendo que parte será devolvida aos consumidores pela tarifa. Outro R\$ 1 bilhão seria reconhecido pelo seu braço de geração e transmissão, a Cemig GT.

Segundo uma fonte, no caso dos créditos de distribuição, a Cemig deve repassar aos consumidores 70% do total, ficando com o ganho de R\$ 600 milhões.

A percepção de que o montante máximo a ser recebido pela Cemig é de R\$ 1,6 bilhão ajudou a pressionar as ações da Light, já que indica que a companhia pode ter um ganho menor do que o esperado pelo mercado, na casa de milhões. A Cemig é uma empresa maior, e a alíquota do ICMS em Minas Gerais é maior que o do Rio de Janeiro. Segundo uma fonte, a companhia fluminense ainda calcula quanto terá a receber, mas deve ser um ganho extra bem menor que o potencial da estatal mineira.

A companhia fluminense, que tem a estatal mineira como sua maior sócia, foi um dos principais assuntos da teleconferência. O diretor de gestão de participações da Cemig, Daniel Faria Costa, disse que o formato de venda da Light não está definido, mas que a oferta subsequente de ações ("follow on") é uma "tendência natural."

"Queremos pegar uma janela que vá no máximo até o meio do ano, vamos acelerar o processo", disse Costa. Segundo ele, a companhia nunca parou de falar com investidores, mesmo depois que o acordo para que a GP Investments ancorasse a operação foi encerrado no fim do ano passado. "Percebemos que o mercado tem muito interesse no ativo, esperamos ter passos concretos na formação do novo conselho de administração que vai conduzir o processo", afirmou.

Enquanto as ações da Light recuaram, os papéis preferenciais da Cemig subiram 1,4% ontem, para R\$ 13,69. As ordinárias avançaram 2,23%. a R\$ 15,61.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 04/04/2019	Página: --

## FOLHA DE S.PAULO

### **Tem que internar quem acha que reforma da Previdência não é necessária, diz Guedes**

*Ministro elogiou Lula e disse que ele melhorou a vida de muitos brasileiros*

3.abr.2019 às 20h24Atualizado: 3.abr.2019 às 23h14

#### **BRASÍLIA**

O ministro Paulo Guedes (Economia) travou, mais uma vez, um embate com deputados durante audiência pública no Congresso, nesta quarta-feira (3).

Ao dizer que quem é contrário à reforma da Previdência tem que ser internado, Guedes protagonizou mais uma discussão com opositoristas na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, que deve votar até meados de abril a proposta que endurece as regras de aposentadorias e pensões.

"Quem acha que [a reforma da Previdência] não é necessária é um problema sério. É caso de internamento. Tem que internar."

A oposição reagiu imediatamente, alegando que a internação não seria democrática.

Filho do presidente Jair Bolsonaro, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) gritou: "É doente mesmo!"

Guedes teve de baixar o tom.

"Eu não estou dizendo que precisa internar quem não aprovar essa reforma [enviada pelo presidente Bolsonaro]. Tem que internar quem não entender que precisa haver uma reforma".

Mas isso não foi suficiente. A confusão não foi amenizada e o presidente da CCJ, Felipe Francischini (PSL-PR), ameaçou encerrar a sessão.

Guedes tentou novamente corrigir a frase: "Nada contra suas soluções [...] Eu jamais diria que tem que internar alguém que discorda de mim. Quem não reconhecer seria um caso de internação. Você pode ser totalmente contra e você não precisa ser internado."

Francischini conseguiu controlar os ânimos e o ministro voltou a defender a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que altera as regras de aposentadoria.

“Ao contrário do que vocês possam pensar, eu estou bastante otimista. Estou otimista por uma razão muito simples; eu sei que vocês sabem que é necessária uma reforma. Pode ser que não seja essa; pode ser outra”.

Guedes participa de debate na CCJ para responder a perguntas de deputados. A CCJ é a primeira etapa de análise da PEC na Câmara.

Ainda nesta quarta, Guedes e opositores discutiram outras duas vezes.

Em uma delas, o ministro atacou parlamentares de esquerda depois de ser interrompido pelo deputado Ivan Valente (Psol-SP), que fez pergunta sobre eventual retirada de direitos de domésticas.

“Vocês estão há quatro mandatos no poder. Por que não votaram imposto sobre dividendos? Por que deram benefícios para bilionários? Por que deram dinheiro para a JBS? Por que deram dinheiro para o BNDES?”, disse o ministro.

Em direção oposta, o ministro usou um momento da sessão para fazer elogios ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ele, com pouco dinheiro, Lula melhorou a vida de muitos brasileiros.

"Vários governos que passaram gastaram R\$ 300 bilhões, R\$ 400 bilhões por ano pagando juros da dívida sem tomar nenhuma medida para corrigir esse problema. E o Lula chegou e pegou R\$ 10 bilhões só, e atingiu 40 milhões de família favoravelmente com o Bolsa Família. Isso é um impacto extraordinário. Mereceu ganhar uma eleição, duas eleições", disse.

**Thiago Resende , Bernardo Caram e Angela Boldrini**

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 04/04/2019	Página: --

## FOLHA DE S.PAULO

### Reunião com Guedes na CCJ tem clima de conflito com parlamentares e apoio de Maia

*Ministro bateu boca com deputados da oposição na primeira meia hora do encontro*

3.abr.2019 às 17h07 Atualizado: 3.abr.2019 às 18h55

#### BRASÍLIA

Amparado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o ministro da Economia, Paulo Guedes, encontrou clima tenso na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) nesta quarta-feira (3).

Em um dos momentos de embate mais forte da reunião, Guedes atacou parlamentares de esquerda depois de ser interrompido pelo deputado Ivan Valente (Psol-SP), que fez pergunta sobre eventual retirada de direitos de domésticas.

“Vocês estão há quatro mandatos no poder. Por que não votaram imposto sobre dividendos? Por que deram benefícios para bilionários? Por que deram dinheiro para a JBS? Por que deram dinheiro para o BNDES?”, disse o ministro.

A reação de Guedes gerou gritaria no plenário.

“Nós estamos há três meses [no governo], vocês tiveram 18 anos no poder e não tiveram coragem de mudar”, prosseguiu.

O ministro de Jair Bolsonaro bateu boca com parlamentares da oposição já na primeira meia hora da sessão, que discute a proposta de reforma da Previdência.

"O Chile tem US\$ 26 mil de renda per capita, o dobro do Brasil. A Venezuela deve estar melhor, né?", afirmou o ministro quando deputados da oposição gritaram no plenário da comissão que a reforma da Previdência tornaria o Brasil o vizinho latinoamericano, com um modelo privatizado de seguridade social.

O ministro falaria direto por 20 minutos, sem perguntas de parlamentares. No entanto, o entrevero disparou uma confusão na comissão.

Deputados do PSOL levantaram cartazes com dizeres como "PEC da Morte" e "Reforma para banco lucrar", e o deputado Henrique Fontana (PT-RS) e Guedes bateram boca. "Se você falar eu vou falar também", afirmou Guedes a Fontana.

O presidente da comissão, Felipe Francischini (PSL-PR), tentava retomar a sessão e pedia decoro, sem sucesso, aos seus pares. "Isso aqui não é briga de rua", afirmou Francischini.

Depois de cerca de cinco minutos, o ministro pediu desculpas e disse que é "muito respeitoso", mas emendou em uma provocação. "Eu cometi o erro de falar sobre a Venezuela, e vocês cometeram o acerto de falar sobre o Chile. Eu acho que a Previdência deve ser maior em um deles", disse.

Em outro momento, ele se dirigiu a um deputado da oposição que fazia questionamentos, e disse que não cairia na mesma provocação do começo. Depois, disparou: "eu esperei todo mundo falar. Agora é a minha vez, não é?"

O clima fez com que deputados de ambos os lados levantassem questões de ordem contra o outro. Gilson Marques (Novo-SC) pediu para que os cartazes fossem proibidos e Maria do Rosário (PT-



RS) que o ministro fosse advertido pelo presidente do colegiado por sair do tema. Francischini negou os dois pedidos.

Guedes chegou flanqueado pelo presidente da Casa, que se sentou à mesa da comissão. O procedimento não é praxe na Casa, e fez parte do acordo costurado com o ministro para que ele comparecesse à reunião, depois de desmarcar na terça-feira (26) da semana passada.

Deputados citaram reportagens da **Folha** para questionar o ministro. Flávio Gomes (PSB-SP) utilizou reportagem de 13 de fevereiro em que Guedes afirmou que empresários que pedem subsídios ao governo quebraram o país. Depois, também citou texto que mostrou que servidores questionam o discurso de que a reforma ataca privilégios.

Depois, Paulo Teixeira (PT-SP) citou reportagem de novembro de 2018, que mostrou que o ministro fez fortuna apostando contra ou a favor de planos econômicos. O parlamentar entrou com um requerimento para conseguir o Imposto de Renda de Guedes, afirmando se tratar de conflito de interesses.

Em resposta, o ministro afirmou que entregou os próprios dados fiscais à Comissão de Ética assim que assumiu o cargo do Executivo federal. “Eu vim para cá, te garanto, que não é para ganhar; é para perder financeiramente. É para tentar fazer o melhor para o país”.

Guedes declarou que investiu no setor educacional, deu aulas e, nos últimos anos, estava aplicando na área de saúde. “Rentista não é o que fui na vida toda. Fui empreendedor na vida toda.”

Nem só deputados da oposição criticaram a proposta da Previdência apresentada pela gestão Bolsonaro. O líder do PMN, Eduardo Braide (MA) criticou as mudanças no BPC e aposentadoria rural e defendeu que a reforma tributária fosse feita antes.

Já deputados do PRB, como João Roma (BA), cobraram maior envolvimento do governo com a reforma. “Gostaria que o governo abraçasse isso, não lavasse as mãos”, afirmou.

Depois de questionar Guedes sobre pontos da reforma, a deputada Clarissa Garotinho (PR-RJ) concluiu: “espero que o ministro tenha boa memória, porque fiz várias perguntas e não vi nenhuma anotação”.

**Angela Boldrini , Thiago Resende e Bernardo Caram**  
TÓPICOSRELACIONADOS

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 04/04/2019	Página: --

## FOLHA DE S.PAULO

### Moça de classe média alta vai trabalhar e contribuir mais, diz Guedes

*Ministro da Economia argumenta que mulheres mais pobres não serão atingidas por reforma*

3.abr.2019 às 16h53 Atualizado: 3.abr.2019 às 17h43

#### BRASÍLIA

Ao argumentar que a reforma da Previdência não atingirá os mais pobres, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quarta-feira (3) que “moça de classe média alta” terá que trabalhar por mais tempo e pagar contribuições mais altas.

Em audiência na Câmara, o ministro afirmou que as mulheres mais pobres já se aposentam no sistema atual em média com 61,5 anos. A proposta do governo eleva a idade mínima de aposentadoria das mulheres para 62 anos. Confira a partir de qual idade será possível se aposentar se a reforma for aprovada.

“Passou para 62 [na proposta], você não atingiu [as mais pobres]. Você atingiu justamente a moça de classe média alta que fez um concurso público novo, nunca ficou desempregada, contribuiu a vida inteira e se aposenta aos 55, 56. Essa vai ter que trabalhar mais sete anos e vai contribuir mais”, disse.

A sessão da CCJ foi iniciada por volta de 14h10. Guedes começou a explicar a reforma da Previdência apenas às 14h22.

Ele começou defendendo a necessidade de ajustes no sistema para controlar os gastos previdenciários. Para Guedes, essa é uma questão que “está se impondo” e é um problema que terá que ser resolvido independente do partido que estiver no governo.

“Tenha a coloração [política] que tiver, o país que for, o sistema de repartição está condenado”, afirmou.

Em fevereiro, o presidente Jair Bolsonaro encaminhou uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para alterar as regras de aposentadorias. A CCJ é a primeira etapa para aprovação do texto no Congresso.

Confira alguns temas que já foram abordados na sessão:

O governo propôs a troca para o regime de capitalização – cada trabalhador é responsável fazer a própria poupança para bancar a aposentadoria.

A deputados, o ministro declarou que estudou nove propostas alternativas para, então, formular a proposta de reforma da Previdência apresentada ao Congresso.

Ele também contestou o perfil do gasto público do Brasil – despesas com Previdência são dez vezes maiores que os desembolsos para educação.

“Antes de a população brasileira envelhecer, a Previdência, no formato atual, já está condenada. Essa dimensão fiscal é incontornável”.

Guedes defendeu que eventual sistema de capitalização seja associado a alíquotas negativas de Imposto de Renda para pessoas carentes.

O ministro afirmou que ouviu reclamações de que a implementação de um sistema desse tipo poderia levar ao pagamento de benefícios menores que um salário mínimo.

“Vai ter imposto de renda negativo para quem ganha menos”, sugeriu o ministro.

O ministro usou como exemplo um trabalhador que chegar ao momento de se aposentar com direito a R\$ 750 reais de benefício, em um cenário com salário mínimo de R\$ 1000. Nesse caso, ele teria Imposto de Renda negativo equivalente a R\$ 250.

Guedes voltou a afirmar que não vai propor a criação do sistema da capitalização se o Congresso desidratar a reforma da Previdência e reduzir o impacto de R\$ 1 trilhão previsto pelo governo em 10 anos.

“Se vocês aprovarem essa reforma com uma potência menor, não se preocupem, eu não lanço o sistema de capitalização. [...] Se os senhores preferem que filhos e netos de gerações futuras sofram desse mesmo problema, como de alguns estados que não estão pagando salários, eu não vou lançar um sistema de capitalização, eu não sou irresponsável”, disse.

Alvo de críticas no Congresso, o novo modelo proposto para o BPC (benefício pago a idosos carentes) na reforma da Previdência pode ser opcional, disse Guedes (Economia).

“A gente antecipa isso. E [o novo BPC] pode até ser opcional”, afirmou o ministro, em audiência pública na CCJ (comissão de Constituição e Justiça) da Câmara.

**Bernardo Caram , Thiago Resende e Angela Boldrini**

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 04/04/2019	Página: --

## FOLHA DE S.PAULO

### Guedes defende Imposto de Renda negativo para pessoas carentes

*Modelo seria usado no sistema de capitalização para quem não atingisse benefício de um salário mínimo*

3.abr.2019 às 15h10

#### BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu nesta quarta-feira (3) que eventual sistema de capitalização seja associado a alíquotas negativas de Imposto de Renda para pessoas carentes.

Em audiência pública na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, o ministro afirmou que ouviu reclamações de que a implementação de um sistema desse tipo poderia levar ao pagamento de benefícios menores que um salário mínimo. “Vai ter imposto de renda negativo para quem ganha menos”, sugeriu o ministro.

A reforma da Previdência apresentada pelo governo inclui a possibilidade de criação da capitalização, modelo no qual o trabalhador financia a própria aposentadoria. Para ser colocado em prática, o novo sistema exige a votação de um projeto separado após a aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Previdência.

O ministro usou como exemplo um trabalhador que chegar ao momento de se aposentar com direito a R\$ 750 reais de benefício, em um cenário com salário mínimo de R\$ 1000. Nesse caso, ele teria Imposto de Renda negativo equivalente a R\$ 250.

Guedes voltou a afirmar que não vai propor a criação do sistema da capitalização se o Congresso desidratar a reforma da Previdência e reduzir o impacto de R\$ 1 trilhão previsto pelo governo em 10 anos.

“Se vocês aprovarem essa reforma com uma potência menor, não se preocupem, eu não lanço o sistema de capitalização. [...] Se os senhores preferem que filhos e netos de gerações futuras sofram desse mesmo problema, como de alguns estados que não estão pagando salários, eu não vou lançar um sistema de capitalização, eu não sou irresponsável”, disse. A deputados, Guedes disse que não há escape e o Brasil terá que resolver o problema fiscal.

Segundo ele, quanto mais tempo o país demorar a fazer o ajuste nas contas da Previdência maior será o custo para a troca do modelo para capitalização. “Dez anos atrás era de R\$ 200 milhões. Hoje, é de R\$ 1 trilhão. Daqui cinco anos, pode ser de R\$ 5 trilhões e pode ser inviável”, discursou em audiência na Câmara.

O ministro ressaltou que a carga tributária no Brasil é de 34% do PIB e, mesmo assim, o país, na avaliação dele, “não consegue dar uma aposentadoria digna”.

Guedes voltou a exaltar o caso do Chile, que já adotou o sistema de capitalização. Segundo o ministro, o Chile cresceu após a mudança no modelo previdenciário e adotou boas políticas sociais.

Após embates com opositores, ele lembrou que cabe ao Congresso analisar a proposta elaborada pelo governo. “Vocês que vão julgar. Não cabe a mim entrar no debate político em si.”

**Bernardo Caram , Thiago Resende e Angela Boldrini**

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 03/04/2019	Página: --

## FOLHA DE S.PAULO

### Guedes diz que mudança no benefício a idoso carente pode ser opcional

*Solução para mudança no BPC já havia sido cogitada na terça-feira*

3.abr.2019 às 16h26 Atualizado: 3.abr.2019 às 18h11

#### BRASÍLIA

Alvo de críticas no Congresso, o novo modelo proposto para o BPC (benefício pago a idosos carentes) na reforma da Previdência pode ser opcional, disse, nesta quarta-feira (3), o ministro Paulo Guedes (Economia).

A ideia de deixar a pessoa escolher entre dois formatos diferentes do BPC surgiu em debate nesta semana entre integrantes do governo e deputados, que analisam a proposta de reforma da Previdência enviada pelo presidente Jair Bolsonaro em fevereiro. Acompanhe ao vivo.

Atualmente, quem tem mais de 65 anos tem direito a receber um salário mínimo (R\$ 998).

Bolsonaro quer que esse valor seja pago para quem completar 70 anos de idade. Mas, entre os 60 anos e 70 anos, receberia R\$ 400 por mês.

“A gente antecipa isso. E [o novo BPC] pode até ser opcional”, afirmou o ministro, em audiência pública na CCJ (comissão de Constituição e Justiça) da Câmara.

Nesta terça (2), o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, também apoiou a sugestão de parlamentares para que seja opcional o modelo de recebimento do benefício.

Guedes reiterou que o Congresso, que analisa o tema, pode fazer esse tipo de alteração na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma.

“Eu não tenho voto. Vocês [deputados] são representantes da democracia.”

Durante a audiência, Guedes disse que o governo tem razões para enviar a mudança nas regras do benefício, mas reconheceu que o tema é delicado.

"Está muito claro que o BPC é uma matéria sensível. Está ficando muito claro que isso é um problema", disse, argumentando que a proposta não retira direitos e permite antecipação de benefício.

Em debate com deputados, o ministro insistiu que os ajustes na Previdência devem ser feitos.

“O governo mandou a proposta [PEC]. Pode não ser aceita. Não sei se vai. Vamos ver. Aí vem outra [proposta de outro governo]”.

Além das mudanças no BPC, há resistência no Congresso a alterações nas regras para aposentadorias rurais.

Guedes afirmou que 60% do déficit da Previdência Social é da parcela rural, que, segundo ele, representa 30% das aposentadorias do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Em resposta a críticas de que a reforma da Previdência prejudica os mais pobres, o ministro declarou que, pela PEC, “quem está pagando mais é quem recebe mais”.

“Os mais pobres são justamente os que se aposentam hoje mais tarde”.

Guedes apresentou os seguintes dados: As mulheres mais pobres se aposentam com 61,5 anos, enquanto as mais ricas trabalham até 55 anos. Pela reforma, a idade mínima para mulheres iria para 62 anos.

Na semana passada, líderes de 13 partidos se posicionaram contra as alterações no BPC, na aposentadoria rural e os dispositivos que retiram da Constituição regras de aposentadoria.

A CCJ é a primeira etapa para a aprovação da PEC da Previdência na Câmara.

A audiência com Guedes era esperada para destravar o andamento da proposta. Cerca de 100 deputados se inscreveram para questionar o ministro.

**Thiago Resende , Bernardo Caram e Angela Boldrini**

04/04/2019 - 05:00

## Governo passa a dialogar com o Congresso e reforma anda

Por

Depois das escaramuças gratuitas do presidente Jair Bolsonaro com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia - e antes das próximas - a reforma da previdência começou a andar. Algumas definições dos deputados começaram a se decantar, ratificando os principais comentários informais dos partidos a respeito das propostas do governo. As mudanças nos benefícios de prestação continuada e na aposentadoria rural, como estão, não deverão ser aprovadas, segundo Maia - mas elas podem mudar. A capitalização, que vem ganhando ênfase maior e prematura nos discursos do ministro da Economia, Paulo Guedes, ainda que seus detalhes não sejam conhecidos, também parece em princípio que pode não passar no funil do que os partidos consideram aceitável. Mas tudo está por ser negociado.

Para a negociação agora avançar contribui a disposição do presidente de se reunir com os líderes dos partidos no Congresso, a começar pelas legendas do centrão, como PRB, PP, PR e PSD. Bolsonaro já deu antecipadamente, e mais do que o necessárias, indicações do que pode ser negociado. Suas declarações de que reforma da previdência boa é a que é aprovada é ambígua e pode ser entendida como a aceitação de qualquer resultado. Falta uma defesa enfática de que, ainda que caiba ao Congresso "aperfeiçoar" a proposta do governo, ela é a melhor que sua administração pode oferecer e deveria ser ratificada, com correções secundárias.

Contribui também para desanuviar o ambiente de conflito os diálogos de Guedes com as legendas e as comissões - ontem ele passou horas na Comissão de Constituição e Justiça defendendo sua proposta. Dentro e fora do Congresso, Guedes deixou claro que o esquema de capitalização da previdência dependerá da feição e da profundidade da reforma aprovada, o que será medido pela economia que restar dos R\$ 1,2 trilhão pretendidos. Os pontos polêmicos da capitalização, porém, podem atrair mais oposição às mudanças.

As mais recentes indicações do ministro são de que não haverá contribuição patronal, como ocorreu no modelo original de inspiração, o chileno. Antes não parecia ser este o desenho, que então contemplava algum tipo de tributo sobre as empresas. Seria uma correção necessária à óbvia deficiência do modelo do Chile. Guedes entusiasma-se com a capitalização, atribuindo-lhe um avanço do emprego e do aumento da renda per capita. Sem dúvida, ela teve esses efeitos. Mas a renda per capita do Chile não chegou aos US\$ 26 mil como disse ontem na Câmara (é de US\$ 23,6 mil por paridade do poder de compra, ante US\$ 15,2 mil do Brasil, segundo dados do FMI de 2017). O sistema previdenciário, de acordo com o relatório da última missão técnica do FMI, em 2018, precisa de "reforma urgente". Apesar de reconhecer que ela ajudou a desenvolver o mercado de capitais e reduzir os riscos fiscais, o Fundo aponta que "não propiciou benefícios adequados para grande parte dos aposentados". A saída estudada é mais dinheiro do Estado e aportes privados.

Guedes defende apenas contribuições individuais por 20 anos. O erro chileno é básico: com uma distribuição de renda ruim, a poupança exclusiva dos trabalhadores a refletirá - as aposentadorias no Chile hoje estão abaixo do salário mínimo. A taxa de poupança privada do país oscila nos últimos cinco anos em torno de 19%, não muito superior à do Brasil no último ano do governo Lula. As ideias de Guedes sobre a reforma do trabalho, vinculada à capitalização, ampliam a desconfiança sobre a viabilidade da proposta. Rodrigo Maia também já disse que sem contribuição patronal a capitalização não passará.

Antes da capitalização, há obstáculos importantes. Derrubar o BPC retirará boa parte dos R\$ 182,2 bilhões estimados com a "assistência fásica" e a "focalização" do abono salarial. O governo tem meios de evitar isso com propostas intermediárias. O mais importante, porém, é garantir que a reforma reduzirá injustiças. Um alvo é ampliar a idade de aposentadoria dos

servidores públicos contratados antes de 2003, que têm direito a integralidade e paridade com os ativos, a que se opõem as corporações. Não há como manter esse ponto essencial, sensato e racional, se o mesmo não for estendido aos militares.

Paulo Guedes não toca nesse assunto, que pode ter um efeito devastador sobre a reforma. Não faz sentido manter integralidade e paridade para os militares e negá-los aos servidores. O risco é concedê-los a ambos e derrubar princípios e efeitos da reforma.



# Paulo Guedes renova apelo por reforma da Previdência



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

O ministro da Economia afirmou que o atual sistema de financiamento da aposentadoria é 'perverso'

**Das Agências**

REPORTAGEM

correio24horas@redebahia.com.br

## Ministro defende proposta do governo em audiência

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou, ontem, durante audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, que o governo gastou no ano passado dez vezes mais com a Previdência Social – que ele classificou como o “passado” – do que com educação – o “futuro” na visão dele. Ele renovou o apelo para que a economia chancelada pelo Congresso com a proposta seja no mínimo de R\$ 1 trilhão.

“Ano passado, gastamos R\$ 700 bilhões com a Previdência, que é o nosso passado, e gastamos R\$ 70 bilhões com educação, que é o futuro. Gastamos dez vezes mais com a Previdência que com o futuro, que é a educação. Antes de a população brasileira envelhecer, a Previdência está condenada”, declarou.

Segundo Guedes, os problemas fiscais decorrentes do crescimento dos gastos com a Previdência estão se impondo aos governos locais, independentemente do partido. “Tenha quem tiver, o partido que tiver, independentemente de quem esteja no governo, esse problema está se impondo”, advertiu.

Guedes compareceu à CCJ para prestar esclarecimentos aos deputados sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência. A audiência estava prevista para a semana pas-

Invista em seu futuro com tranquilidade.

**APROVEITE NOSSAS BOLSAS DE ESTUDO**

**DE ATÉ 70%**

- Pós Graduação
- Graduação
- Educação Básica

SÓCÍCIA SÉRIE LÍDER  
**Correio\***

[www.educamaisbrasil.com.br/correio](http://www.educamaisbrasil.com.br/correio)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA NOVA**

CNPJ N: 13.894.894/0001-52

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019

A CPL da PM realizará na sede, TP-003/2019, PA 05/2019 – Regido pela lei 8.666/93, em 23/04/19 às 9:00h objeto contratação, sob o regime de empreitada por preço global, obras de engenharia, em construção da Academia de Saúde, situada na Rua Dr. Antônio Marques Filho, s/n, Bairro Dioclecio Goeth, neste Município de Boa Nova-BA. T1773833-2268. Edital na sede. Divulgação dos demais atos do certame-Diário Oficial: www.boanovaba.gov.br: 04/04/19, Marinaldo R. Silva-Presidente CPL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA**

CORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2019, PA Nº 1.237/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de obra de engenharia na construção de escola com 12 salas, com quadra poliesportiva coberta, no Distrito de Itamaraju, neste município, nos termos definidos na planilha orçamentária deste edital. Abertura: 08.05.2019, às 09:00. Edital disponível no prédio da Prefeitura, das 08h12h ou no endereço eletrônico: www.livramentodenossasenhora.ba.gov.br/diariooficial. Anderson Castro Ribeiro – Presidente da CPL.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU**

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2019

A CPL da PM de Itamaraju-BA realizará licitação em 22/04/2019, às 9:00h, em sua sede, para Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Obra e Engenharia para Construções de Praças, na sede e Interior, do Município de Itamaraju. Edital na sede. T(73)3294-1744 - Divulgação dos outros atos - Diário Oficial-site: www.itamaraju.ba.gov.br. – Em, 03/04/2019 – Jucenilza C. Favalessa de Almeida – Presidente CPL.

**“SERTANEJA” – EMPRESA AGRO-PASTORIL S/A**

CNPJ 13.660.295/0001-74

AVISO

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sua sede, na Avenida Ruy Barbosa nº 67, Centro, Barreiras, Bahia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício de 2018. Barreiras/BA, 03 de abril de 2019. Conselho de Administração.

Secretaria da  
Educação**SALVADOR**  
PREFEITURA

PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

**RESULTADO DE LICITAÇÃO HOMOLOGADA**

A Comissão Setorial Permanente de Licitação - COPEL, atendendo a decisão do Senhor Secretário Municipal da Educação torna público para conhecimento dos interessados, o resultado da licitação a seguir: MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 024/2018; PROCESSO Nº 7526/2018; OBJETO: Aquisição de gênero alimentício (CHARQUE BOVINO DIANTEIRO E LINGUIÇA SUÍNA TIPO CALABRESA), através de registro de preço, destinado à Rede Municipal de Ensino visando atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAEC, PNAEF, PNAEQ, PNAEF, PNAE-EJA, MAIS EDUCAÇÃO e AEE).

LICITANTE VENCEDOR	LOTE(S)	VALOR DA PROPOSTA (R\$)
LIOFRONT COMERCIAL DE	01	1.098.900,00
PRODUTOS DE CONSUMO LTDA.	03	321.700,00
BAHIA CESTAS LTDA	02	394.200,00
LKB COMERCIO LTDA.	04	50.160,00

Valor global (lotes 01+02+03+04) = R\$1.664.360,00 (um milhão, seiscentos e sessenta e quatro mil, trezentos e sessenta reais). Data da adjudicação e homologação: 11/02/2019. Salvador, 20 de março de 2019. **Hilaise Santos do Carmo** – Presidente.

## ●● Gastamos, em 2018, R\$ 700 bilhões com a Previdência, nosso passado, e R\$ 70 bilhões com educação, que é o nosso futuro

sada, mas foi adiada. Guedes desistiu de comparecer naquela ocasião porque ainda não havia definição de um relator para a PEC e porque havia a possibilidade de ficar exposto às críticas de oposicionistas.

O ministro voltou a defender que a reforma da Previdência resulte em economia mínima de R\$ 1 trilhão nos próximos dez anos para financiar a transição para o sistema de capitalização (onde cada trabalhador contribui para a própria aposentadoria). Ele disse que o sistema atual tem um modelo de financiamento perverso ao se sustentar em tributos que incidem sobre a folha de pagamentos e aumentam os encargos trabalhistas para os empregadores.

"Financiar a aposentadoria do trabalhador idoso desempregando trabalhadores é, na minha opinião, uma forma perversa de financiar o sistema. Cobrar encargos trabalhistas sobre a mão de obra é, do ponto de vista social, uma condenação. É um sistema perverso, onde 40 milhões de brasileiros estão excluídos do mercado formal", declarou o ministro.

Segundo o ministro, eventuais problemas no sistema de capitalização podem ser corrigidos por meio do Imposto de Renda negativo. "Vamos supor que a menor aposentadoria corresponda a R\$ 1 mil. Se a poupança do trabalhador for insuficiente e a aposentadoria ficar em R\$ 750, o governo pode complementar os R\$ 250 restantes por meio do Imposto de Renda negativo. Isso existe em vários países e se chama sistema notional", explicou. O ministro respondeu a um questionamento sobre o Chile, onde muitos trabalhadores se aposentam com apenas meio salário mínimo.

### CONFUSÃO

Segundo Guedes, caso a reforma da Previdência não seja aprovada, o Brasil passará a ter problemas para pagar salários dos servidores, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás. Nesse momento, houve bate-boca quando um parlamentar disse que a capitalização não deu certo no Chile, e Guedes fez um paralelo com a crise econômica e humanitária na Venezuela.

"Acho que a Venezuela está

## ●● A idade mínima atinge a moça de classe média alta, que fez concurso, nunca foi demitida e se aposenta aos 55 anos

melhor [que o Chile]", rebateu o ministro em tom de provocação. Nesse momento, deputados da oposição começaram a gritar. O ministro disse que não conseguia ouvir vários parlamentares falando ao mesmo tempo. O presidente da CCI, deputado Felipe Francischini (PSL-PR), interveio e pediu calma e respeito ao ministro.

### PRIVILÉGIOS

O ministro Paulo Guedes, disse ainda que o atual modelo de Previdência é uma "fábrica de desigualdades" e que a proposta do governo pretende retirar privilégios. Ele citou como exemplo o valor médio das aposentadorias dos deputados e dos servidores, que segundo o ministro é 20 vezes superior à aposentadoria média do INSS.

"A aposentadoria média [na Câmara] é 20 vezes a aposentadoria média do INSS. A aposentadoria do INSS é R\$ 1,3 mil. A aposentadoria média nesse ambiente é de

## ●● Ninguém propôs o desmanche do sistema previdenciário atual. A transição é lenta, gradual, jovem por jovem

R\$ 28 mil. A nossa reforma tenta justamente endereçar esses problemas. Com escala progressiva [nas alíquotas de contribuição], estamos removendo privilégios", declarou o ministro.

### APOSENTADORIA RURAL

Respondendo a questionamentos sobre a aposentadoria rural, o ministro disse que a categoria entrou na reforma para combater fraudes. Ele citou dados do IBGE, que mostram que 16% da população brasileira vive no campo, mas os trabalhadores rurais respondem por cerca de 30% das aposentadorias do INSS e 60% do déficit da Previdência. Ele disse que o Congresso pode retirar as mudanças de regra da Previdência, desde que mantenha a economia de R\$ 1 trilhão em dez anos prevista com a proposta.

Ele também mencionou que o governo pretende rever a política de subsídios e de desonerações, porém somente depois da aprovação da reforma da Previdência.

## Mudança no benefício a idoso pode ser opcional

Alvo de críticas no Congresso, o novo modelo proposto para o BPC (benefício pago a idosos carentes) na reforma da Previdência pode ser opcional, disse o ministro Paulo Guedes. A ideia de deixar a pessoa escolher entre dois formatos diferentes do BPC surgiu em debate esta semana entre integrantes do governo e deputados, que analisam a proposta de reforma da Previdência enviada pelo presidente Jair Bolsonaro em fevereiro.

Atualmente, quem tem mais de 65 anos tem direito a receber um salário mínimo (R\$ 998). Bolsonaro quer que esse valor seja pago para quem completar 70 anos de idade. Mas, entre os 60 anos

e 70 anos, receberia R\$ 400 por mês.

"A gente antecipa isso. E [o novo BPC] pode até ser opcional", afirmou o ministro. Ontem, o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, também apoiou a sugestão de parlamentares para que seja opcional o modelo de recebimento do benefício. Guedes reiterou que o Congresso, que analisa o tema, pode fazer esse tipo de alteração na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma. "Eu não tenho voto. Vocês [deputados] são representantes da democracia", afirmou Guedes.

## Ibovespa cai com tensões entre ministro e deputados

O mercado reagiu mal à ida do ministro da Economia, Paulo Guedes, à CCI (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, ontem. A Bolsa, que vinha em alta até o começo da tarde, virou e fechou em queda de 0,94%. O dólar também inverteu o sinal e encerrou em alta após quatro pregões de baixa. A moeda encerrou o dia cotada em R\$ 3,87.

Um dos fatores apontados para a perda de fôlego foi o clima de tensão na CCI, com Paulo Guedes enfrentando a artilharia da oposição com alguns momentos de irrita-

ção. Enquanto alguns analistas minimizaram as ansiedades da audiência, outros viram um cenário ainda de dificuldades na articulação do governo na tramitação da reforma da Previdência.

O cenário internacional foi influenciado majoritariamente positiva, com momentos pontuais de instabilidade.

Predominou no exterior a maior confiança no avanço das negociações entre Estados Unidos e China e o menor temor de recessão na economia mundial.

**SECRETARIA DA SAÚDE**  **Estado da Bahia**

**SESAB - HOSPITAL GERAL ROBERTO SANTOS - AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 074/2018 (SESAB/IGRS) - O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, em obediência ao art. 3º da Lei Federal nº 10.520/2002, combinado com o art. 74 da Lei Estadual 9.433/05, REVOGA o Pregão em epígrafe, que tem como objeto: Aquisição de Meio de Conservação de Córnea, processo SEI nº 919.9634.2018.00109565-61. Salvador, 03 de abril de 2019. DR. FÁBIO VILAS BOAS PINTO/SECRETÁRIO DE SAÚDE.**

**SESAB**

**SECRETARIA DA SAÚDE**  **Estado da Bahia**

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 061/2019, ID: 761172 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (SAFTEC). Abertura: 18/04/2019, às 09h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Objeto: Aquisição de Medicamento: ACETREINA, BUPROPIONA, CEFEPIMAE ETC. "REGISTRO DE PREÇO". Família(s): 65.02. Site: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: [fernando.pinto@saude.ba.gov.br](mailto:fernando.pinto@saude.ba.gov.br), telefone: (71) 3115-6334/3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4ª Avenida nº 400 - Plataforma VI Lote 101 - 1º andar, Sala 112, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, 03/04/2019. Fernando Lima Pinto - Pregoeiro (a) Oficial.**

**SESAB**

**DESENBAHIA**  Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.

**DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S/A**  
SOCIEDADE DE CAPITAL FECHADO  
CNPJ Nº15.163.567/0001-27

**GOVERNO DO ESTADO**  
BANHIA, AGRI E TRABALHOS

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
1ª CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os senhores acionistas da DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A. a comparecer à Assembleia Geral Ordinária que será realizada no edifício-sede da empresa, 5º andar, localizado na Rua Ivonne Silveira, nº 213, Doron, nesta Capital, às 09 horas do dia 26 de abril de 2019, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Apreciação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2018; 2. Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício; 3. Eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; 4. Fixação da remuneração dos Administradores e dos Membros do Conselho Fiscal; 5. Outros assuntos de interesse social. Salvador, 02 de abril de 2019. **JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO**, Presidente do Conselho de Administração.

**DESENBAHIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERABA**  
CNPJ Nº: 13.719.646/0001-75

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº P00124PRP-2019**

O Município de Itaberaba (BA), torna público que realizará licitação do tipo Pregão Presencial para registro de preço no dia 18/04/2019, às 09:00 hs. Local: Secretaria de Adm. Modernização e Informação, situada na Av. Rio Branco, nº 318, Centro, sala de licitações. OBJETIVO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras, protetores, serviços de alinhamento, balanceamento, cambagem e cânter de rodas para manutenção dos veículos vinculados às Secretarias de Infraestrutura Desenvolvimento urbano, Ação Social e Gabinete do Prefeito, pelo período de 12 (doze) meses. INFORMAÇÕES - Fone (75) 3251-0593, no horário de expediente das 8:00 às 13:00hs. PREGOEIRO: Alfredo Enrique P. Neto, Itaberaba-BA, 04 de abril de 2019

**SECRETARIA DA SAÚDE**  **Estado da Bahia**

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 150/2019 - ID - 761175 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - DIRETORIA DE LICITAÇÕES.**

Abertura: 17/04/2019 às 10h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF). Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE USO HOSPITALAR COM COMODATO (FILME RADIOLÓGICO, FIXADOR, INDICADOR ETC) "REGISTRO DE PREÇO". Família: 65.05/65.25. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: [viviane.paranhos@saude.ba.gov.br](mailto:viviane.paranhos@saude.ba.gov.br), telefone: (71) 3115-4307/3115-4340 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 17h30min no endereço: 4ª Avenida nº 400 - Plataforma VI Lote 101 - 1º andar, Sala 112, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - Bahia, 03/04/2019. Viviane Paranhos Mendonça - Pregoeira Oficial.

**SESAB**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELMONTE**  
CNPJ Nº: 13.634.977/0001-02

**CONVITE 04-2019 CAMPO MARIA BONITA**

A CPL torna público que, conforme autorização contida no PA nº 042/2019, datado de 03/04/2019, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, cujo o objeto é contratação de Sociedade Empresária especializada para execução de remanescente de obra para reforma e adequação de infraestrutura no campo de futebol Maria Bonita no Bairro da Bielela, na sede do Município. A sessão de licitação ocorrerá na sala de reunião da CPL, no dia 11/04/2019, às 8:00h. Divulgação dos demais atos do certame-Diário Oficial/site [www.licitacao.belmonte.ba.gov.br](http://www.licitacao.belmonte.ba.gov.br) Belmonte 04 de abril de 2019 - Elcio Tito Silva Junior

**CONVITE 005-2019 FSF**

A CPL torna público que, conforme autorização contida no Processo Administrativo nº 043/2019, datado de 03/04/2019, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, cujo o objeto é contratação de Sociedade Empresária especializada, para execução de remanescente de obra para Construção da unidade básica de Saúde-Amélia Menezes Elias, na Sede do Município. A sessão de licitação ocorrerá na sala de reunião da CPL, no dia 11/04/2019, às 14:00h. Divulgação dos demais atos do certame-Diário Oficial/site [www.licitacao.belmonte.ba.gov.br](http://www.licitacao.belmonte.ba.gov.br) Belmonte 04 de abril de 2019, no dia 11/04/2019, às 14:00h. Belmonte 04 de abril de 2019 - Elcio Tito Junior

**CONVITE 006-2019 PRAÇA PICOPEU**

A CPL torna público que, conforme autorização contida no PA nº 044/2019, datado de 03/04/2019, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, cujo o objeto é contratação de Sociedade Empresária especializada, para execução da obra de implementação de equipamentos esportivos na Praça Picopeu, na Sede do Município. A sessão de licitação ocorrerá na sala de reunião da CPL, no dia 12/04/2019, às 8:00h. Divulgação dos demais atos do certame-Diário Oficial/site [www.licitacao.belmonte.ba.gov.br](http://www.licitacao.belmonte.ba.gov.br) Belmonte 04 de abril de 2019 - Elcio Tito Silva Junior

# miriam leitão



**b** [blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

Eram cinco da tarde quando o ministro Paulo Guedes recebeu perguntas de deputados do PSL. Até então ele havia enfrentado apenas os 50 tons – e decibéis – de crítica ao projeto da Previdência. Isso é apenas uma amostra da falta de organização da base. O Centrão, que já defendeu outros governos, e outras reformas, não jogou a favor. Guedes cometeu erros ao falar ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O principal foi cair em tantas provocações, o que acabou levando ao encerramento antecipado da sessão após bate-boca com um deputado. Mas Guedes está absolutamente certo no seu diagnóstico: o sistema de repartição está falido, a Previdência precisa mudar por ser deficitária e criadora de desigualdades.

A oposição não tem uma ideia nova, uma proposta. Não consegue explicar as próprias contradições. O PT fez também uma reforma da Previdência e se o fez é porque havia déficit. Agora nega o rombo, apesar de tê-lo aprofundado com suas desonrações. Mas é um equívoco o ministro achar que se um deputado grita ele deve gritar de volta. Esse estilo faz parte do show deles, mas nunca de um ministro da

economia. Quem garante a palavra ao convidado é o presidente da Comissão e não a sua repetição de “eu tenho o direito de falar, pessoal?” A sorte de Paulo Guedes é Jair Bolsonaro não ser mais deputado. Ele era bem mais histriônico e agressivo do que os deputados que enfrentou ontem.

Um erro estratégico do ministro Guedes foi falar tanto em capitalização. Ele está convencido de que esta é a melhor proposta para o futuro. O problema é que a reforma da Previdência muda os parâmetros do atual sistema. O projeto de capitalização ficou para ser detalhado depois. O próprio Paulo Guedes afirmou que, dependendo “da potência fiscal” do que for aprovado, a capitalização nem será proposta.

Então esta é a hora de lutar

## Risco de enterrar mais uma reforma

pelo atual projeto e nele o ministro deveria ter se concentrado. Cairia em menos armadilhas. O ministro teve explosões bem típicas de seu temperamento, mas nada convenientes para o seu objetivo. Às oito da noite houve desentendimento em torno de ele ter dito que era preciso internar quem nega a necessidade da reforma. Ele costuma dizer que não é do meio político. Mas é fácil saber algumas regras. Ao responder, não dizia o nome do parlamentar, e sim “o primeiro a falar”, “o segundo”. O deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE) avisou que ali eram todos iguais. “De primeiro escalão para primeiro escalão”. Ele então acatou a sugestão de anotar o nome.

Apesar de a CCJ não ser uma comissão de discussão de mé-

rito, e sim de verificação da constitucionalidade, os deputados não respeitaram isso. E esse foi outro erro de estratégia. Paulo Guedes poderia ter levado sim uma apresentação mais estruturada com algumas ideias básicas e números. Isso evitaria a crítica de que ele fora genérico e não havia explicado a própria proposta. Aqueles minutos iniciais, com a imprensa transmitindo, seria uma boa oportunidade para explicar aos deputados e a quem acompanhasse os pontos centrais da reforma. Números importantes foram falados de forma vaga e sem informação visual.

As críticas que Paulo Guedes ouviu são conhecidas. Os que não querem fazer a reforma sempre explicarão a sua posição alegando que o projeto afeta os mais pobres. A realidade é que

os mais pobres se aposentam mais tarde e recebendo menos. São 71% dos beneficiados. No caso da mulher, a média das que se aposentam hoje por idade já é 61,5 anos. Quem se aposenta com 54 anos está nos 29% do sistema do tempo de contribuição.

O governo deu um presente a quem quer argumentos demagógicos para se opor à reforma, quando propôs mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC). É fácil para um político dizer que está ali defendendo os mais pobres. Difícil é assumir que defende as aposentadorias dos que ganham mais no sistema. Qualquer consulta aos dados mostra que os servidores públicos, dos três poderes, se aposentam mais cedo e ganhando muito mais, têm inúmeras vantagens que são negadas ao resto da população. A reforma dos militares ter ido junto com uma alta nos soldos torna mais difícil a vida do governo. Mas, como disse Paulo Guedes, “você são os senhores desse destino”. O Congresso, com os erros do governo e a demagogia da oposição, tem o poder de enterrar mais uma reforma. Se o fizer, tornará o colapso mais iminente.

# Tribuna

## “Proposta para a Previdência pretende retirar privilégios”, diz Paulo Guedes na CCJ

AGÊNCIA BRASIL

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem (3) que o atual modelo de Previdência é uma “fábrica de desigualdades” e que a proposta do governo pretende retirar privilégios. Ele citou como exemplo o valor médio das aposentadorias dos deputados e dos servidores na Câmara dos Deputados, que segundo o ministro é 20 vezes superior à aposentadoria média do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). “A aposentadoria média [na Câmara] é

20 vezes a aposentadoria média do INSS. A aposentadoria do INSS é R\$ 1,3 mil. A aposentadoria média nesse ambiente é de R\$ 28 mil. A nossa reforma tenta justamente endereçar esses problemas. Com escala progressiva [nas alíquotas de contribuição], estamos removendo privilégios”, declarou o ministro, em audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Respondendo a questionamentos sobre a aposentadoria rural, o ministro disse que a categoria entrou na reforma para combater fraudes. Ele citou dados do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), que mostram que 16% da população brasileira vive no campo, mas os trabalhadores rurais respondem por cerca de 30% das aposentadorias do INSS e 60% do déficit da Previdência. Ele disse que o Congresso pode retirar as mudanças de regra da Previdência, desde que mantenha a economia de R\$ 1 trilhão em dez anos prevista com a proposta. Ele também mencionou que o governo pretende rever a política de subsídios e de desonerações, porém somente depois da aprovação da reforma da Previdência. “Diversas questões podem ser resolvidas na refor-



O MINISTRO Paulo Guedes disse que o atual modelo de Previdência é uma “fábrica de desigualdades” e que a proposta do governo pretende retirar privilégios

ma tributária, mas a gente tem que atacar primeiro o que está destruindo o Brasil”, declarou o ministro.

Em relação à proposta de reduzir o valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para R\$ 400 e antecipar a idade mínima para 60 anos, o ministro esclareceu que a proposta não mexerá no direito adquirido de quem atualmente recebe o

benefício de um salário mínimo, pago a partir dos 65 anos para famílias de baixa renda. “Não se mexeu em direito adquirido. Queremos dar uma possibilidade de antecipação [para 60 anos]”, explicou Guedes. Pela reforma em tramitação, o BPC para os futuros beneficiários começaria em R\$ 400 a partir dos 60 anos e só subiria para um salário mínimo a

partir dos 70 anos. O ministro disse que essa idade foi sugerida não por ele, mas pela equipe técnica. Ele, no entanto, disse que o Congresso é soberano para derubar as mudanças e que o benefício é importante para ativar a economia em regiões pobres.

Em relação à reivindicação de alguns deputados de incluir idades mínimas de aposentadoria diferenciada por regiões, Guedes esclareceu que os regimes de Previdência não levam em conta a expectativa total de vida, mas a estimativa de sobrevivência de quem completa a idade de aposentadoria. “Quem chega à idade de se aposentar tem sobrevivência igual, seja no Nordeste, seja no Sul. A média [da expectativa de vida] é mais baixa em algumas regiões por causa da morte de jovens e de crianças, mas a Previdência analisa o tempo restante de vida de quem se aposenta”. O ministro negou ainda que a reforma da Previdência queira transferir direitos da Constituição para uma lei complementar. “O que a gente quer desconstitucionalizar são parâmetros [mínimos de aposentadoria], não direitos.

## Ministro da Economia renova apelo por reforma robusta



PAULO GUEDES falou em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça na Câmara, onde a reforma ainda engatinha

REUTERS

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que não terá coragem de lançar o sistema de capitalização se os parlamentares aprovarem uma reforma da Previdência com potência menor que a necessária, avaliando em diversos momentos que a dimensão fiscal do problema previdenciário é hoje “incontornável” e “inescapável”. Falando em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na Câmara dos Deputados, onde a reforma ainda engatinha, ele renovou o apelo para que a economia chancelada pelo Congresso com a proposta seja no mínimo de R\$1 trilhão.

Guedes afirmou que o buraco da Previdência se impõe independentemente de quem esteja no governo, de colorações políticas ou filiações partidárias. Ele também defendeu enfaticamente a introdução do sistema de capitalização com o fim de encargos trabalhistas para empregadores como maneira de impulsionar o crescimento econômico. “Se os senhores preferem que filhos e gerações futuras sofram esse mesmo problema, se estiverem dispostos a seguir nesse ambiente, podem seguir. Eu não vou lançar sistema de capitalização, não sou irresponsável”, afirmou. Após parlamentares da oposição criticarem, fora dos microfones, o Chile como modelo a

ser perseguido, o clima esquentou no colegiado. Guedes rebateu que o Chile tem 26 mil dólares de renda per capita, quase o dobro do Brasil, e ironizou ao dizer que a Venezuela estaria melhor.

A sessão, que já havia sido iniciada com questionamentos da oposição sobre a possibilidade de réplicas e trélicas ao ministro, ganhou então contornos mais tensos. Visivelmente contrariado, Guedes recomendou que os parlamentares que o questionavam “embarcassem no avião” que teria como destino a situação fiscal de Estados como o Rio de Janeiro. Sob palmas de aliados e gritos da oposição - alguns integrantes do plenário chegaram a

### PREVIDÊNCIA

Guedes diz que o rombo se impõe independentemente de quem esteja no governo, de colorações políticas ou filiações partidárias

levantar cartazes contra a reforma-, o ministro provocou seus críticos: “Fala mais alto do que eu”.

Diante dos ânimos acirrados, o presidente da CCJ, Felipe Francischini (PSL-PR), chegou a dizer que a comissão não era “briga de rua”, pedindo tranquilidade e serenidade aos presentes.

# Tribuna

## Senado aprova PEC do Orçamento em primeiro turno

O plenário do Senado aprovou em primeiro turno, por 58 votos a favor e 6 contrários, a proposta de emenda à Constituição do Orçamento Impositivo, que engessa ainda mais as contas do governo. Os senadores fecharam um acordo que estabeleceu um calendário especial para a votação da matéria que acabou com os prazos regimentais necessários entre as votações de primeiro e de segundo turno. Por isso, eles votam neste momento, o segundo turno da PEC. Aprovada, ela seguirá para uma reanálise da Câmara dos Deputados, que aprovou na semana passada uma outra versão da matéria. Há acordo para que os deputados mantenham o texto do Senado.

## Bolsonaro abre diálogo com partidos de olho na aprovação da Previdência

POR LISANDRA PARAGUASSU  
REUTERS

**E**m mais uma tentativa de criar uma base de apoio para a votação da reforma da Previdência, o governo acelerou as negociações com o Congresso e o presidente Jair Bolsonaro irá entrar na linha de frente a partir de hoje, quando tem encontros com presidentes de seis partidos no Planalto para convidá-los a integrar uma coalizão governista. Mais de três meses depois de seu início, o governo ain-

da não tem uma base no Congresso para além do partido do presidente, o PSL, que tem 54 deputados. Mesmo partidos como o DEM, que tem três ministros nomeados - Casa Civil, Agricultura e Saúde - se declararam até hoje independentes.

Além disso, a insatisfação dos partidos do chamado centrão com a interlocução do governo até agora tem piorado a situação, com algumas derrotas na Câmara em "recados" dos parlamentares ao Planalto. Hoje, Bolsonaro - que até então resistia a entrar de fato na articulação política, especialmente na lida dire-

ta com os partidos - receberá os presidentes do PRB, Marcos Pereira; do PSD, Gilberto Kassab; do PSDB, Geraldo Alckmin; do DEM, ACM Neto - que almoçará com o presidente; do PP, Ciro Nogueira; e do MDB, Romero Jucá. O objetivo, segundo o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, será o de convidá-los a fazer parte da base do governo. "O tom será de convidá-los para que participem desse esforço de construção do entendimento na busca de ter a nova Previdência aprovada", disse Onyx. "Para que tenhamos uma base constituída, a gente precisa dialogar, convidar e abrir a porta. É o

que a gente está fazendo. Estamos abrindo a porta para construção dessa base, que vai se expressar lá na votação da nova Previdência."

Questionado se o governo não levou muito tempo para tentar formar essa base, o ministro afirmou que é preciso "paciência e diálogo". Apesar das contas otimistas de membros do governo, deputados mais realistas apontam que hoje o governo teria menos de 100 votos pela Previdência, abaixo de um terço dos 308 necessários para aprovar o texto. A óbvia falta de votos necessários para aprovar a reforma, que tanto Bolsonaro



**ONYX** Lorenzoni diz que Bolsonaro convidará partidos para integrar base do seu governo

quanto seu ministro da Economia, Paulo Guedes, consideram a principal meta do governo, convenceu o Planalto de que precisava agir.

Na semana passada, Guedes afirmou que assumiria também pessoalmente as negociações da reforma. Na terça-feira, o ministro passou boa parte de seu dia em reuniões com bancadas partidárias —PRB, PSD e parte do PSL, além do líder do DEM, Elmar Nascimento (BA). Hoje, reservou a tarde para uma audiência pública na Comissão de Constitui-

ção e Justiça na Câmara, primeira batalha no caminho da reforma. Líderes simpáticos à causa, mas nem tanto ao governo, têm cobrado a participação de Bolsonaro nas negociações e mais atenção do presidente. Segundo Onyx, na semana que vem, entre terça e quarta, Bolsonaro terá encontros com presidentes de mais alguns partidos. Entre eles, PSL, Solidariedade, Podemos e PR. Até agora, o governo vinha resistindo a conversar diretamente com os partidos.

# Tribuna

## Otto quer que governo retire capitalização da reforma da Previdência

### DA REDAÇÃO

Presidente do PSD na Bahia, o senador Otto Alencar defendeu que a proposta de criar a capitalização seja retirada da reforma da Previdência, que foi encaminhada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) ao Congresso Nacional. A capitalização é uma espécie de poupança que o próprio trabalhador faz para assegurar a aposentadoria no futuro. O regime atual é o de repartição, pelo qual o trabalhador ativo paga os benefícios de quem está aposentado. "A capitaliza-

ção não deu certo no Chile e em outros países também aconteceu de forma negativa. Portanto, essa é uma experiência que precisa ser observada aqui. E nós vamos encaminhar contra a capitalização. Não posso crer que trabalhadores, que tenham ganho menor, possam capitalizar. Acho muito difícil. Talvez tenha que estabelecer um piso salarial a ser negociado na Câmara", declarou Otto, em entrevista a Veja Online.

O senador ainda quer que o governo retire do texto os itens que mexem no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e na aposen-

tadoria rural. Líder do PSD no Senado, o baiano afirmou que, se os pontos forem excluídos, a matéria será aprovada com mais facilidade. "Eu acho que sim. Nós tivemos uma reunião na Bahia, com a presença do governador Rui Costa, do vice-governador João Leão, e dos deputados federais da bancada, e a nossa posição foi unânime neste sentido (de excluir esses pontos do texto). Inclusive, o governador Rui Costa quer trabalhar para aprovar a reforma da Previdência, excluindo esses itens. E, normalmente, todo governador tem muita influência na sua bancada e



pode colaborar para se aprovar", destacou.

Otto afirmou, também, que, se os pontos forem retirados, o seu partido deve fechar questão a favor da matéria (isto é, todos os membros votarem pela apro-

vação do texto). "É bem provável. Acho que sim", pontuou. "Não sei na Câmara, mas no Senado eu vejo que há uma maioria que dará apoio ao governo, embora não se considere da base. O PSD mesmo não é da

**OTTO ALENCAR** defendeu que a proposta de criar a capitalização seja retirada da reforma da Previdência

base do governo, mas algumas teses do governo, o partido vai apoiar e aprovar", acrescentou.

Para o senador, o ministro da Economia, Paulo Guedes, "talvez" não concretize o desejo de ter R\$ 1 trilhão com a reforma da Previdência. "Esse é o desejo do ministro da Economia, mas o que ele pensa nem sempre vai ser aquilo que será aprovado nas duas Casas. É uma opinião dele. Mas pode ser que aquilo que ele deseja que seja aprovado tenha modificações na Câmara e no Senado Federal. E, talvez, não alcance esse valor que ele coloca como desejo e ponto importante", pontuou.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 04/04/2019	Coluna: Economia



## **GUEDES EXPLICA QUE O GOVERNO ESTÁ GASTANDO DEZ VEZES MAIS COM A PREVIDÊNCIA DO QUE COM A EDUCAÇÃO**

4 Abril, 2019 - 07:08



Em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou hoje (3) que o governo gastou no ano passado dez vezes mais com a Previdência Social do que com Educação. “Gastamos R\$ 700 bilhões ano passado com a Previdência, nosso passado, e R\$ 70 bilhões com educação, nosso futuro. Gastamos dez vezes mais com a Previdência do que com nosso futuro”, afirmou o ministro. Guedes ainda reforçou a importância da reforma previdenciária ser feita “seja o governo que for” e classificou o atual modelo de aposentadoria como “financeiramente condenado”. A audiência com fim de prestar esclarecimentos aos parlamentares sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência estava prevista para a semana passada, mas foi adiada pelo próprio Guedes.